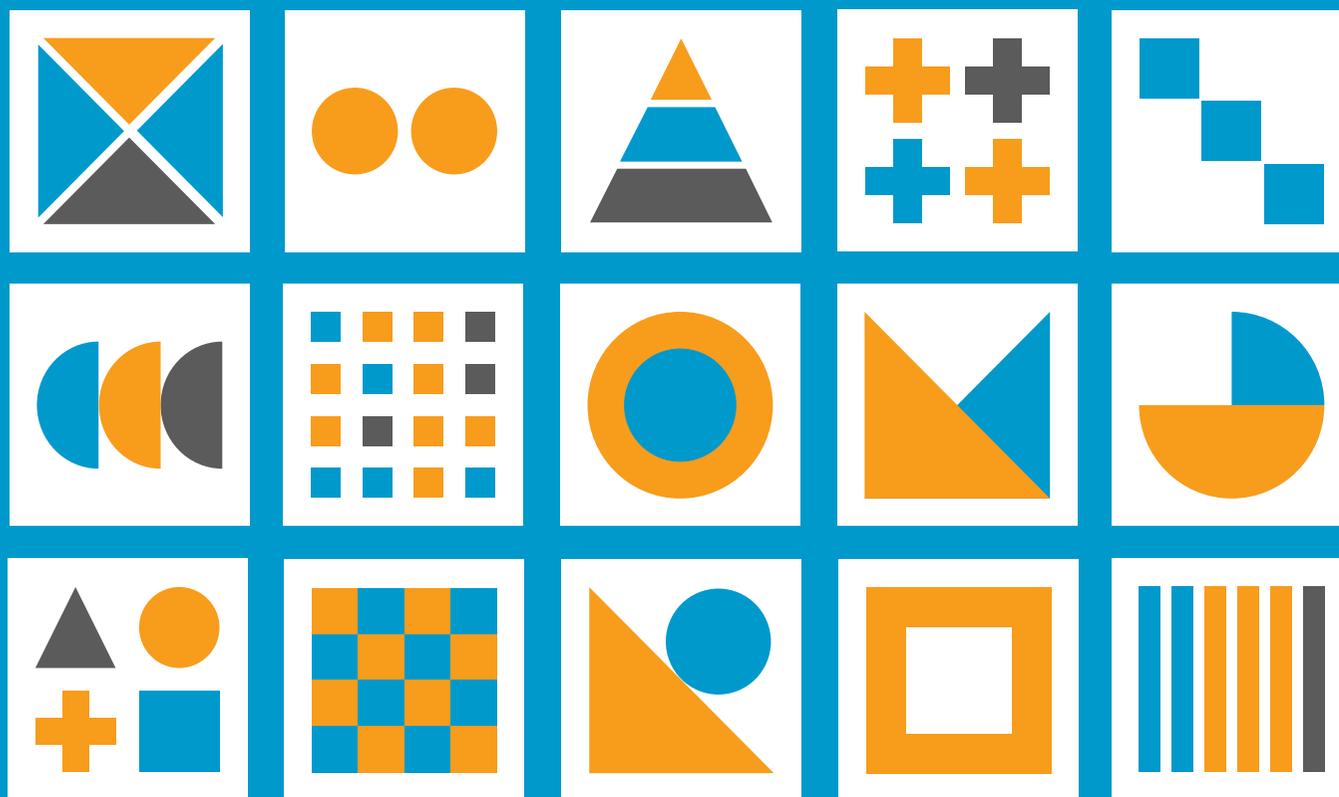


# Guia de Desenvolvimento baseado no Conhecimento dos Riscos



Uma abordagem prática para as organizações da sociedade civil e comunidades mais em risco



SUKANTI BEHRA

Índia

«Os ciclones são uma grande ameaça. A maioria das famílias trabalham na agricultura e o arroz paddy é a principal cultura da época. Perdemos as nossas culturas durante os ciclones.

Participámos no Gram Sabha (conselho de aldeia) mas não conseguimos dar qualquer contributo porque não possuímos conhecimentos suficientes sobre os planos do governo local.»

Fotografia: Sarika Gulati/GNDR



## Introdução

5	O que é o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos?
11	Como utilizar este guia
16	A abordagem ao desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
23	O papel das organizações da sociedade civil no desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
26	Princípios orientadores do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
30	As três fases principais do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

## Etapas principais

35	Etapa 1: Interagir com as comunidades mais em risco
41	Etapa 2: Ter a visão da comunidade mais em risco no âmago das atividades
47	Etapa 3: Compreender o contexto e os riscos
54	Etapa 4: Priorização dos riscos e avaliação do impacto do desenvolvimento
58	Etapa 5: Prospetiva estratégica e planeamento de cenários
64	Etapa 6: Elaborar uma estratégia com as comunidades mais em risco
70	Etapa 7: Agir com as comunidades mais em risco
75	Etapa 8: Prestar contas às comunidades mais em risco e aprender com as mesmas
79	Etapa 9: Repetir e reforçar

## Ferramentas

82	Ferramenta 1: Modelo da visão para os objetivos
84	Ferramenta 2: Lista de controlo sobre que dados recolher e como registar os mesmos
91	Ferramenta 3: Análise contextual da suscetibilidade geofísica a perigos
97	Ferramenta 4: Exercício de mapeamento das relações
100	Ferramenta 5: Perguntas de reflexão para avaliar a resiliência das pessoas, dos locais e dos sistemas
103	Ferramenta 6: Opções de análise do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
107	Ferramenta 7: Análise SWOT

### ESTE É UM PDF INTERATIVO

- Hiperligações para outros [recursos](#).
- Os títulos dos capítulos encaminham para essa página.
- O botão do Menu serve para regressar ao índice. →



### Contexto

O presente guia tem como objetivo ajudar-nos a refletir sobre como podemos integrar o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos em todos os aspetos do desenvolvimento, da gestão do risco de catástrofes, da adaptação climática e da resposta a crises. Assenta no trabalho da GNDR em matéria de gestão do risco de catástrofes de base comunitária e enquadra-se nos esforços da sociedade civil para envolver as comunidades mais em risco. Juntamente com as abordagens e os recursos existentes da GNDR, o documento «[Risk-informed development: From crisis to resilience](#)» [Desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos: da crise à resiliência] (PNUD, p. 34) serve de referência para aprimorar o processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

Os membros da GNDR também contribuíram para este trabalho ao partilharem as ferramentas de informação e planeamento do risco que utilizam e ao indicarem as áreas em que identificaram lacunas no seu trabalho.

O teor deste guia é o resultado de vários recursos, melhores práticas e estudos sobre gestão de catástrofes, vetores de risco e planeamento do desenvolvimento, incluindo o planeamento do desenvolvimento participativo e liderado pela comunidade.

### Entidade financiadora

A produção desta publicação foi financiada pelo Ministério Federal para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (BMZ) da Alemanha. Todos os conteúdos são da exclusiva responsabilidade do GNDR e não refletem necessariamente as perspetivas do BMZ.



O presente guia foi elaborado no âmbito do projeto da GNDR, intitulado [Liderança Local para um Impacto Global](#), implementado em parceria com a Diakonie Katastrophenhilfe.





## INTRODUÇÃO

# O que é o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos?



# O que é o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos?

O desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos dá prioridade aos riscos que as comunidades que vivem nas situações mais vulneráveis enfrentam. Coloca a tónica na perspectiva das pessoas mais em risco. As comunidades mais em risco apresentam soluções de desenvolvimento que mitigam os riscos e reforçam a resiliência.

## Dar prioridade às comunidades mais em risco

A GNDR quer impedir que os perigos se convertam em catástrofes. Sendo uma rede mundial de organizações da sociedade civil, podemos facilmente pensar que estamos «todos juntos» na resposta a perigos, riscos e desafios que causam catástrofes.

Contudo, quando olhamos mais de perto para as comunidades e os riscos que enfrentam, torna-se evidente que não estamos «todos juntos» da mesma forma. As ameaças, os riscos ou os desafios discriminam.

O desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos dá prioridade aos riscos que as comunidades que vivem nas situações mais vulneráveis enfrentam. Coloca a tónica na perspectiva das pessoas mais em risco.

As comunidades mais em risco apresentam soluções de desenvolvimento que mitigam os riscos e reforçam a resiliência. A sua realidade, experiência de vida, conhecimentos, organização e ações permitem-nos realizar um planeamento para o desenvolvimento verdadeiramente baseado no conhecimento dos riscos. Trata-se de uma abordagem que possibilita, de uma forma geral, um desenvolvimento mais sustentável e resiliente.



### Basear o desenvolvimento nas perspetivas do risco do comunidades

O objetivo primário do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos é preparar as comunidades mais vulneráveis para os riscos futuros, adotar medidas proativas para mitigar os riscos e reforçar a resiliência das comunidades e das paisagens que ocupam e das quais dependem, através de um processo liderado pelas comunidades.

Os fatores de risco fazem parte dos sítios onde vivemos, incluindo a capacidade ambiental e os serviços ecossistémicos. Infelizmente, os fatores de risco também estão associados às ações das pessoas e a fatores sociais, económicos e psicológicos que colocam determinadas pessoas mais em risco do que outras.

Quando o desenvolvimento não é baseado no conhecimento dos riscos, as comunidades mais em risco referem que, ao invés de gerar progresso, este suposto «desenvolvimento» está de facto a criar riscos, aumentando os riscos existentes e anulando quaisquer ganhos potenciais do desenvolvimento. Todas as pessoas envolvidas devem reconhecer que as escolhas em matéria de desenvolvimento geram riscos, assim como oportunidades.

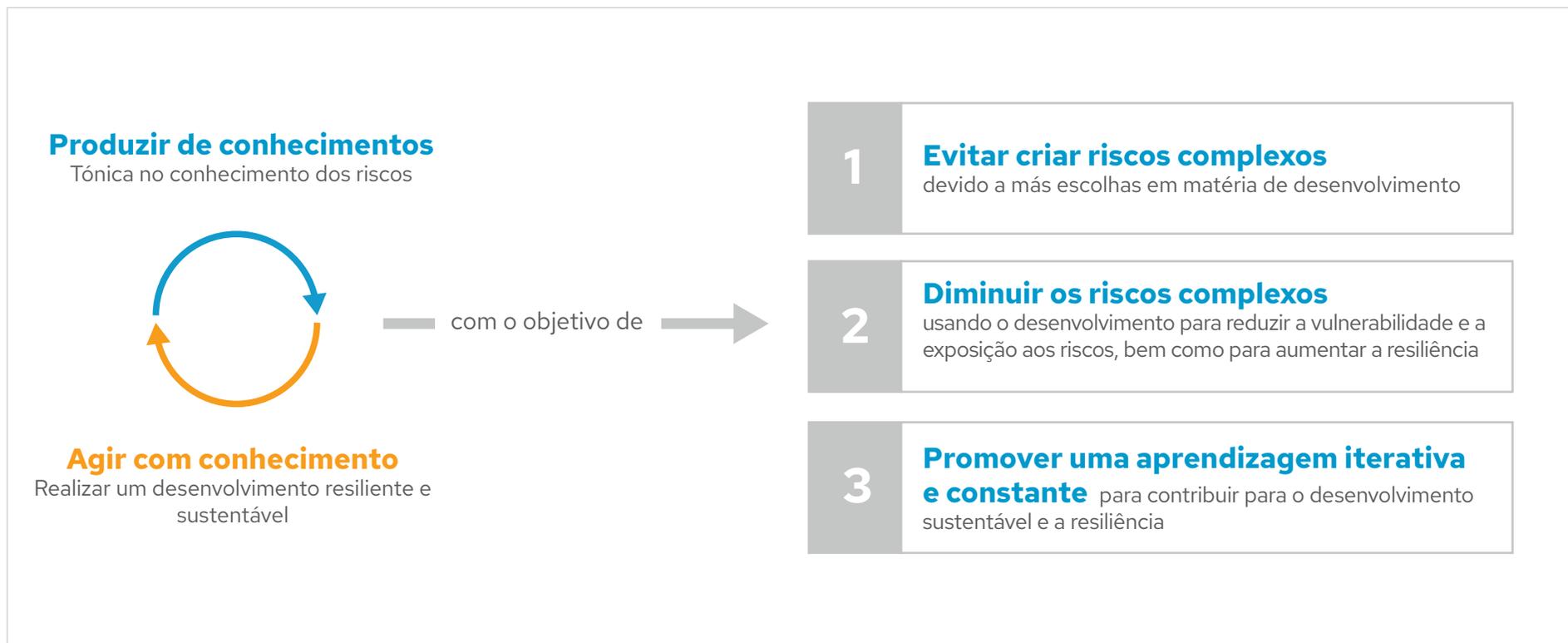
Só é possível alcançar o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, se o processo de planeamento do desenvolvimento tiver em conta o conhecimento dos riscos e, depois, atuar para mitigar esses mesmos riscos. Por conseguinte, o planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos deve envolver várias partes interessadas com diferentes objetivos e agendas, a fim de dinamizar as ações e decisões através de um quadro coerente e colaborativo.

O objetivo é chegar a ações estratégicas documentadas e decisões acordadas mutuamente que irão:

- Evitar criar riscos complexos devido a más escolhas em matéria de desenvolvimento
- Diminuir os riscos complexos, usando o desenvolvimento para reduzir a vulnerabilidade e a exposição aos riscos, bem como para aumentar a resiliência
- Promover uma aprendizagem iterativa e constante para contribuir para o desenvolvimento sustentável e a resiliência

Mais importante ainda, se o planeamento do desenvolvimento considerar o risco local a partir da perspetiva daqueles que estão mais em risco, o seu potencial para ter um impacto positivo nas vidas, meios de subsistência e ativos aumenta consideravelmente.





Fonte: Relatório do PNUD: Risk-informed development: from crisis to resilience 2019 [Desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos: da crise à resiliência, 2019]



### Seis vetores de risco

A GNDR identificou [seis vetores de risco](#). São os contextos nos quais a redução do risco de catástrofes se tornou mais difícil à medida que o mundo muda. Estão interligados e podem exacerbar o risco existente e afetar negativamente o desenvolvimento das comunidades mais em risco, assim como a sociedade em geral.

A compreensão destes vetores de risco e como funcionam ou influenciam as comunidades, sobretudo a partir das perspetivas das pessoas mais em risco, pode contribuir para que as decisões efetivas e relevantes incorporem um maior grau de conhecimento dos riscos.

É vital um conhecimento localizado dos fatores intrínsecos que aumentam a vulnerabilidade das pessoas a estes vetores de risco em diferentes geografias e contextos socio-culturais e económicos.

O desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos integra esta perspetiva do risco, incorporando os vetores de risco e os perigos em cada etapa do processo de planeamento do desenvolvimento.



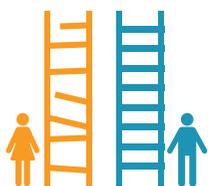
Alterações climáticas



Deslocações forçadas



Urbanização



Desigualdade de género



Insegurança alimentar e hídrica



Conflitos



### Planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

O planeamento do desenvolvimento é uma ferramenta de tomada de decisões. Quando as comunidades mais em risco e aquelas à sua volta aplicam este processo, podem tomar decisões informadas para realizar as suas aspirações enquanto comunidade e indivíduos.

O desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos resolve os problemas e ultrapassa os obstáculos ao seu progresso e crescimento – especialmente o risco decorrente dos vetores de risco e dos perigos.

As tradicionais práticas de planeamento estão agora a dar lugar a processos mais dinâmicos e iterativos à medida que as paisagens e as comunidades se transformam rapidamente. Tal deve-se, em parte, ao facto de os perigos e os vetores de risco associados serem mais complexos, intensos e frequentes.

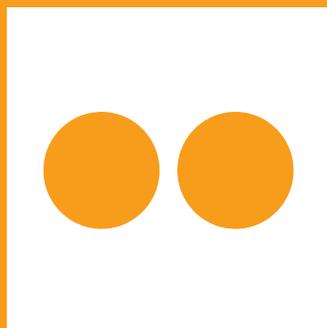
O processo da GNDR de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos liderado pela comunidade e participativo implica nove etapas. Revisite as nove etapas sempre que os planos e as estratégias de desenvolvimento são revistas, o que deve acontecer com regularidade. Pergunte-se sempre: como é que as comunidades mais em risco e todas as pessoas à volta das mesmas podem trabalhar em conjunto para reforçar a resiliência e impedir que os perigos se convertam em catástrofes?

### Impedir que os perigos se convertam em catástrofes

A GNDR espera que os conhecimentos, as experiências e as realidades locais a partir da perspectiva das comunidades mais em risco contribuam para os planos de desenvolvimento de todos os intervenientes, incluindo do governo, das instituições internacionais e do setor privado, para que as políticas e as práticas tenham um melhor conhecimento dos riscos e para impedir que os perigos se convertam em catástrofes.

O guia do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos da GNDR e o respetivo kit de ferramentas descrevem os princípios, as abordagens, as etapas e os diferentes passos do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.





**PLANO GERAL**

# Como utilizar este guia



## Como utilizar este guia

O presente guia do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, bem como o kit de ferramentas, visam reforçar a capacidade das organizações da sociedade civil para participarem num planeamento do desenvolvimento com base nos conhecimentos do risco com as comunidades mais em risco, que tenha um efeito transformador.

### Qual é o teor deste guia?

O presente guia dá destaque às principais abordagens para reforçar o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e recomenda as etapas necessárias para o planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

Tem como objetivo um desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos que seja localizado, liderado pela comunidade e participativo. Salienta as formas de mitigação dos riscos criados pelos perigos e vetores de risco (por exemplo, alterações climáticas, urbanização, insegurança alimentar e hídrica, deslocações forçadas, desigualdade de género e conflitos).

Não deve ser visto como um manual exaustivo. Tem como finalidade apontar na direção certa, apresentar um plano geral das complexidades inerentes e salientar a natureza multissetorial do planeamento do desenvolvimento. Este guia não deve ser visto como um substituto dos processos formais de planeamento do desenvolvimento nos vários países e regiões.

Destina-se, por um lado, a introduzir ou reforçar as capacidades das comunidades mais em risco no que toca a utilização de informações sobre o risco e, por outro lado, a incentivar uma maior participação nos processos de desenvolvimento por parte das pessoas mais em risco.

Cada etapa recomenda formas de integrar aspetos das informações sobre os riscos no quadro do planeamento do desenvolvimento liderado pela comunidade. O presente guia sugere formas de:

- Recolher, integrar e utilizar informações sobre os riscos (especificamente relacionadas com perigos e vetores de risco)
- Ler e analisar vários fatores e os seus impactos nos locais, nas pessoas e nos sistemas (tanto ao nível físico como social)
- Antecipar os riscos futuros e reforçar a resiliência aproveitando o potencial ambiental, social e económico



É apresentada uma abordagem central e princípios orientadores para realizar o planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, assim como conselhos estruturados para cada etapa do processo. Em cada etapa, são indicados os objetivos, os principais passos, bem como as ferramentas relevantes.

### A quem se destina este guia?

Este guia destina-se a organizações da sociedade civil que trabalham com as comunidades mais em risco a fim de reforçar o planeamento do desenvolvimento participativo, para que este tenha em conta o conhecimento dos riscos e resulte num aumento da resiliência das comunidades.

Este guia também pode ser utilizado por organizações da sociedade civil ou organizações não governamentais que levam a cabo as suas atividades a nível nacional e regional para garantir que as pessoas mais em risco podem advogar políticas a nível nacional e apoiar um planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, localizado e que tem em conta as pessoas mais em risco.

O desenvolvimento e o planeamento requerem apoio institucional através de políticas, mecanismos de financiamento e capacidades técnicas.

Todos os intervenientes a nível nacional, regional ou estatal podem utilizar este guia para defender políticas, planos de ação e estratégias nacionais que:

- Apoiem abordagens localizadas e participativas que envolvam ativamente as comunidades mais em risco no processo de decisão e de planeamento do desenvolvimento mais alargado
- Tenham em consideração a utilização de conhecimentos e dados locais, bem como dados científicos localizados sobre as alterações climáticas e as implicações localizadas das catástrofes
- Apoiem métodos localizados e indígenas para o reforço da resiliência e a mitigação dos riscos



### Como utilizar este guia

Os métodos e os modelos de planeamento do desenvolvimento devem ser implementados de forma participativa, liderada pela comunidade e à escala local. Tal significa que, seja numa megacidade, vila ou aldeia, o envolvimento da comunidade tem de começar a nível do bairro a fim de identificar as pessoas mais em risco e envolvê-las num processo de aprendizagem e aquisição de conhecimentos, que possa informar os planos de desenvolvimento e as decisões aos níveis regional e nacional.

Reconhece-se que existem vários pontos de entrada para este guia. O desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos pode começar em qualquer momento, incluindo na resposta imediata a catástrofes.

Se já há trabalho em curso, mas precisa de conhecer melhor a visão de uma comunidade ou envolver mais essa comunidade, consulte as etapas um e dois do presente guia.

Se sabe que entre os seis vetores de risco prioritários há um mais proeminente, adote medidas para direccionar adequadamente o processo de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

Por exemplo, se o desequilíbrio de género for um problema importante, realize cada etapa a partir da perspectiva do género, antes de avançar para os outros riscos. Se as inseguranças alimentares e hídricas tiverem sido assinaladas, então recolha informações e procure evidências e questões específicas a esta temática. A terceira etapa irá ajudá-lo a compreender este contexto.

Se está a trabalhar bem com a comunidade e tem muitas ideias para colaboração, talvez valha a pena consultar a quarta etapa para definir as ações prioritárias.

Se estiver a negociar com planos nacionais, utilize a oitava etapa para implementar medidas de aprendizagem e prestação de contas, a fim de reforçar e aproveitar o trabalho já existente.

**O desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos pode começar em qualquer momento, incluindo na resposta imediata a catástrofes.**



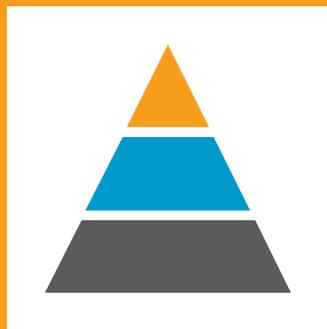
MUWAMUNYA PATIENCE

## Uganda

«Vivemos na pobreza e com fome. O governo local não nos ajuda. A água que temos não é segura, mas utilizamo-la para beber e cozinhar. Não somos incluídos no planeamento comunitário nem na tomada de decisões.»

Fotografia: Jjumba Martin/GNDR





## ABORDAGEM

# A abordagem ao desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos



## A abordagem ao desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

O desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos permite que as comunidades mais em risco assumam o papel de líderes e decisores sobre questões relativas ao desenvolvimento e ao seu próprio futuro. Empodera as pessoas e as comunidades em risco para que tomem medidas no presente e no futuro, a fim de evitar os riscos e reforçar a resiliência. Capta os conhecimentos locais e permite compreender melhor os efeitos localizados de vários fatores – globais e locais – importantes. Visa garantir que ninguém fica para trás.

### Principais considerações

A abordagem central do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos integra uma ação participativa e incorpora informações sobre os riscos nos processos de planeamento existentes. Por conseguinte, é necessário considerar:

- Como integramos a perspetiva de risco das pessoas mais em risco, quando realizamos o exercício de planeamento do desenvolvimento?
- Como utilizamos informações sobre os riscos, incluindo a partir da perspetiva das pessoas mais em risco, quando realizamos o exercício de planeamento do desenvolvimento, para que as comunidades mais em risco sejam mais resilientes a vários riscos, à medida que progredem rumo ao futuro?

### Uma abordagem baseada nos direitos

Aquando da identificação das pessoas e comunidades mais em risco, devemos ter presente que, quaisquer que sejam as circunstâncias, as pessoas têm direitos humanos – os padrões básicos que assistem a cada pessoa para viver com dignidade.

Os direitos são económicos, sociais, culturais, civis e políticos. São universais e indivisíveis. Uma pessoa não tem mais ou menos direitos do que outra pessoa. Os direitos devem ser vistos como uma responsabilidade coletiva. Cabe ao Estado respeitar, proteger, promover e cumprir os direitos humanos.

Contudo, nos casos em que os direitos sejam negados, deve atacar-se as causas dos problemas e empoderar as pessoas para estas alcançarem ou exercerem os seus direitos e permitir que os responsáveis cumpram as suas obrigações.



## **Promover o poder para alcançar o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos**

A abordagem baseada nos direitos no contexto do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos coloca-se ao lado das pessoas que sofrem de injustiças e desigualdades, vendo-as como detentoras de direitos ativos que podem ser empoderadas para mudar a sua situação.

O desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos visa dar resposta ao facto de que as comunidades estão em risco porque os seus direitos humanos são negados.

Não têm acesso ou controlo equitativo sobre os recursos ou direitos de que necessitam para ser resilientes e levar uma vida digna.

Quando os seus direitos são negados, é aí que as pessoas começam a vivenciar os riscos. Aquilo que começa com uma perda de auto-confiança ou esperança, conduz a um maior afastamento do poder necessário para fazer face à sua situação.

Quando estão afastadas dos recursos ou dos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito, é mais fácil para as pessoas em risco serem criminalizadas, culpadas, estigmatizadas e, em última análise, tornarem-se invisíveis aos olhos daqueles que têm autoridade – aqueles que devem proteger, respeitar e promover os seus direitos.

A múltipla negação dos direitos aumenta em caso de ocorrência de catástrofes. Os vetores de risco – incluindo as alterações climáticas, os conflitos, a insegurança alimentar e hídrica, as deslocações forçadas, a desigualdade de género e a urbanização – exauram ainda mais os recursos e exacerbam os riscos variados e complexos.

Uma vez mais, a desigualdade de género ou a discriminação podem impedir determinados grupos de aceder aos recursos necessários para reconstruírem as suas vidas.

O patriarcado e a exclusão social continuam a restringir os direitos coletivos ou individuais disponíveis.

Como tal, as pessoas mais em risco estão suscetíveis a injustiças, ficando impotentes para fazer face à negação dos seus direitos. Não são tidas em conta aquando da formulação de políticas para dar resposta aos riscos.



É essencial reforçar e promover o poder no âmbito do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos a fim de salvaguardar os direitos atualmente negados.

Se o poder é a capacidade de influenciar as ações das outras pessoas, deve corrigir-se os desequilíbrios de poder que negam os direitos.

Por conseguinte, o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos visa, em primeiro lugar, incluir estas pessoas de modo a que os seus direitos, poderes e fatores de risco que enfrentam sejam tidos em conta, com vista a um desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, sustentável e resiliente.

A promoção do poder para o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos significa que:

- As pessoas controlam as suas próprias vidas
- O poder é disseminado pelas comunidades mais em risco

- As competências e as capacidades são desenvolvidas para promover a autoconfiança e tomar decisões que melhorem as suas perspetivas de vida
- Os futuros almejados por estas pessoas e grupos – especialmente aqueles mais em risco – definem e moldam o mundo à sua volta (em termos ambientais, económicos, sociais e sistémicos)

## Colocar as pessoas em risco no centro do desenvolvimento

As pessoas em risco são fundamentais para o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

É essencial que o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos seja inclusivo, o que significa envolver no processo as pessoas mais em risco. Estas são essenciais para compreender e avaliar as ameaças, riscos, desafios, oportunidades, incertezas e opções complexas que se colocam às comunidades mais em risco. A sociedade civil deve trabalhar em parceria com estas comunidades.

Qualquer envolvimento com as comunidades assenta na confiança e responsabilização. A construção de relações positivas com a comunidade é um bom ponto de partida. Não cabe à sociedade civil dizer ou ditar aquilo que as comunidades devem fazer. Ao invés, a sociedade civil deve facilitar, sensibilizar e criar um ambiente favorável para que os membros da comunidade assumam papéis de liderança no planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.



### Dar prioridade às perspectivas locais do risco

As considerações locais sobre o risco são fundamentais para o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

Relativamente ao planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, é importante assegurar a coerência entre as ações empreendidas pelas comunidades e as ações já em curso no âmbito de quadros formais de planeamento do desenvolvimento, que são aplicáveis ou relevantes para a comunidade.

O planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos a nível da comunidade tem de aproveitar as disposições dos planos, políticas e ações já existentes nos vários setores e nos vários níveis. Ao mesmo tempo, deve evoluir para informar as políticas regionais e nacionais em matéria de redução do risco de catástrofes, adaptação às alterações climáticas e desenvolvimento sustentável. Tal contribui para colmatar as lacunas entre os planos locais, nacionais e internacionais, ao mesmo tempo que incentiva a localização.

### Construir relações com as comunidades mais em risco

A construção de relações é fundamental em tudo o que fazemos. Estas são algumas dicas para construir relações:

- Escutar as diferentes perspetivas, especialmente das pessoas mais em risco
- Interagir com as pessoas mais em risco através de conversas individuais para as conhecer pessoalmente; aquando do trabalho com crianças e jovens, interagir com as mesmas através das escolas ou organizações, garantindo o respeito dos processos de salvaguarda infantil
- Consultar os grupos comunitários e as pessoas sobre o processo de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos para definirem, em conjunto, como e quando as comunidades querem realizar as ações de desenvolvimento
- Incentivar ideias e sugestões dos membros da comunidade sobre como querem participar no planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
- Consultar os líderes e os representantes da comunidade antes de definir o formato para realizar e completar cada etapa do processo, a fim de assegurar um bom relacionamento com os mesmos



### Garantir um planeamento inclusivo

Garantir que todos os grupos numa comunidade ou bairro, especialmente aqueles mais em risco, são ativamente incluídos e participam em cada etapa do processo do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos das seguintes formas:

- Identificar os grupos mais em risco na comunidade com os quais as organizações da sociedade civil (OSC) trabalham
- Organizar grupos de discussão com grupos em riscos específicos para compreender melhor a sua perspetiva; os grupos em risco podem incluir mulheres, pessoas que se identificam como parte da comunidade LGBTQ+, pessoas que vivem com deficiência, grupos minoritários, jovens ou idosos, etc.
- Garantir que as oficinas, as reuniões e as conversas são agendadas para horas convenientes para as pessoas mais em risco e são repetidas, se necessário, para garantir a inclusão, incluindo num horário que permita a maior participação possível
- Fazer perguntas gerais e de resposta aberta (não perguntas de resposta sim ou não); a intenção é incentivar a discussão e a partilha de ideias entre os membros
- Prestar especial atenção para apoiar a participação dos grupos mais em risco, quando estes estão envolvidos em conversas ou eventos com outros
- Acomodar diferentes línguas e métodos de comunicação para assegurar que todas as pessoas compreendem a conversa e podem contribuir para a mesma
- Garantir que todos os membros da comunidade têm a oportunidade de falar
- Ser sensível às questões culturais, sobretudo aquando do trabalho com diversos grupos culturais
- Prestar especial atenção e conceber métodos de comunicação adequados para quem necessite (por exemplo, crianças, jovens, idosos ou pessoas que vivem com deficiência)
- Ser flexível, permitindo que os participantes façam intervalos durante as sessões das oficinas, grupos de discussão ou fóruns comunitários
- Facilitar e incentivar sessões informais e de quebra-gelo de modo a permitir que grupos diversos trabalhem uns com os outros e interajam diretamente
- Garantir que os exercícios participativos têm um calendário flexível e são realizados em locais onde todos os membros da comunidade se sentem confortáveis e podem participar facilmente

#### Inclusão de género

A desigualdade de género decorre dos papéis que se espera que os homens e as mulheres desempenhem numa sociedade, o que influencia o estatuto sócio-económico, o nível de autonomia e a forma como os homens e as mulheres se preparam, reagem, são afetados e recuperam de catástrofes. Os perigos naturais são neutros em termos de



## Garantir a colaboração com diversas partes interessadas

género, mas as consequências dos mesmos, não. Os homens e as mulheres e os meninos e as meninas enfrentam diferentes níveis de exposição e vulnerabilidade aos perigos naturais, como resultado das relações de género e da discriminação na sociedade. As dinâmicas de género são importantes num vasto leque de fatores associados à resiliência, desde os níveis de preparação até ao acesso a mecanismos de reação que podem apoiar a recuperação.

Podemos aumentar a inclusão de género, garantindo que:

- As mulheres ocupam cargos de liderança
- Cada etapa e processo do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos tem em conta a disponibilidade das mulheres e é conveniente para as mesmas
- Os métodos para uma participação e inclusão efetivas são incorporados

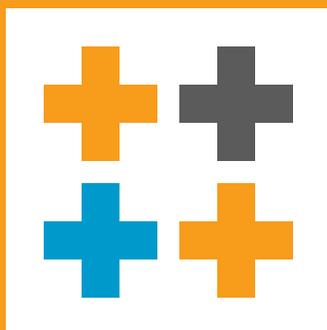
Embora inclua, primeiramente, as pessoas mais em risco, um verdadeiro desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos precisa de envolver um conjunto de partes interessadas.

Para garantir uma forte [colaboração](#) deve-se:

- Identificar parceiros locais para colaboração, por exemplo: peritos e académicos das áreas da geografia, ciências sociais, ciências naturais, desenvolvimento e saúde; filantropos, empresas e indústrias locais proeminentes; e unidades do governo local
- Identificar instituições locais para colaboração durante cada uma das etapas, por exemplo, institutos educativos e técnicos, bem como agências públicas locais

- Incluir facilitadores de organizações comunitárias já estabelecidas (caso se aplique) para conduzirem as oficinas ou os exercícios
- Explorar a possibilidade dos parceiros de financiamento locais patrocinarem ou apoiarem atividades mais pequenas e as diferentes necessidades no processo de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
- Explorar a possibilidade de financiadores maiores com programas de responsabilidade social empresarial poderem assegurar patrocínios contínuos; as OSC devem garantir que os representantes comunitários e os líderes responsáveis pelo planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos estão envolvidos nestas discussões





## SOCIEDADE CIVIL

**O papel das organizações da sociedade civil no desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos**



## O papel das organizações da sociedade civil no desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

### Facilitar e advogar a favor da localização

As organizações da sociedade civil (OSC) participam em processos de planejamento baseado no conhecimento dos riscos a nível local e nacional. Enquanto o planejamento do desenvolvimento a nível local visa captar, compreender, planejar e gerir os aspetos locais dos vários setores, a agenda do desenvolvimento para cada setor é determinada por políticas setoriais e decisões de investimento que, normalmente, são tomadas pelos governos nacionais e estatais.

As informações sobre os riscos são transversais a todos os setores e, por extensão, a todos os departamentos do governo, ministérios e agências privadas associadas aos mesmos. Os planos de desenvolvimento a nível nacional e regional podem ser setoriais ou multissetoriais.

De uma forma geral, os planos setoriais de um governo nacional ou estatal têm como objetivo promover o crescimento de um determinado setor; atender às necessidades das pessoas e comunidades (necessidades físicas e sociais em termos de recursos ou prestação de serviços); gerar emprego e oportunidades de subsistência; garantir o fluxo de dinheiro na cadeia de abastecimento; e gerar receitas.

As OSC que trabalham aos níveis nacional e regional podem ajudar a fomentar a agenda da localização. Podem interagir com os decisores nacionais e regionais para facilitar, promover e defender:

- Políticas e legislação que apoiem os processos de planejamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos liderados pela comunidade
- Políticas e legislação que sirvam de orientação aos departamentos e às agências para apoiar o planejamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e liderado pela comunidade
- Políticas e legislação que integrem o planejamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e liderado pela comunidade noutros documentos legais de planejamento (por exemplo, planos diretores municipais ou planos de desenvolvimento urbano)
- Políticas e legislação que integrem o planejamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos liderado pela comunidade nos planos setoriais



### Passos práticos para as OSC

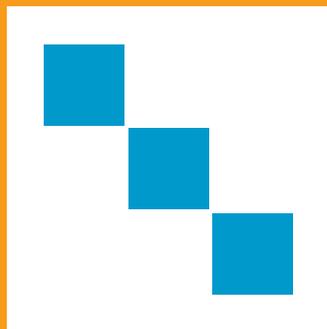
- A integração das conclusões e dos resultados dos planos locais de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos nos planos de adaptação, gestão de catástrofes e regulamentos em matéria de desenvolvimento, a nível nacional e regional, a fim de resolver os conflitos e assegurar a coerência
- Esquemas e oportunidades de financiamento para empreender um processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e liderado pela comunidade, bem como ações e intervenções específicas propostas pelas comunidades

As organizações da sociedade civil (OSC) podem adotar estas medidas práticas para desempenharem o seu papel de organismos facilitadores no que toca ao desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos:

- Prestar apoio técnico e providenciar reconhecimento institucional às atividades de base local em torno dos processos de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos liderados pela comunidade
- Providenciar acesso a plataformas de dados e materiais de investigação a nível nacional e setorial (que as comunidades podem utilizar no seu processo de planeamento do desenvolvimento)
- Estar preparadas para prestar informações complementares e estar cientes dos acontecimentos, questões importantes da atualidade e das atividades relacionadas com o desenvolvimento na comunidade e ao redor da mesma
- Incentivar os membros da comunidade a conduzir várias atividades e exercícios relacionados com o planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

- Utilizar um espaço público, uma sala comunitária ou uma sala de aula numa escola local (um sítio familiar e confortável para os membros da comunidade, no qual se sintam em casa)
- Obter as autorizações necessárias para realizar a oficina no espaço (quer seja num espaço municipal, nas instalações de uma escola ou em qualquer outro espaço público ao ar livre, como o centro de um mercado, o centro da cidade ou o espaço de reuniões da aldeia)
- Garantir que há comunicação constante com os membros da comunidade ao longo do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
- Empoderar os representantes da comunidade através de atividades de capacitação e formação ao longo do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
- Defender uma abordagem com base no conhecimento dos riscos junto dos decisores nacionais e regionais (a GNDR publicou um [kit de ferramentas de advocacy](#) para servir de orientação ao processo de planeamento das atividades de advocacy a nível nacional)





## PRINCÍPIOS

# Princípios orientadores do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos



# Princípios orientadores do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

Cinco princípios que orientam quem está envolvido e participa no desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

## 1. Adequado pelas comunidades mais em risco

Reconhecimento de que a comunidade é responsável pela guarda dos bens comuns (recursos culturais e naturais acessíveis a todos os membros da sociedade, incluindo materiais naturais, como o ar, a água e mundo habitável); o reconhecimento de que as comunidades mais em risco devem participar nas decisões e nos processos de desenvolvimento que as afetam.

## 2. Participativo

Espaços significativos e envolventes para várias partes interessadas aproveitarem a sabedoria e as capacidades coletivas a fim de tomarem decisões em conjunto, diagnosticarem os desafios e traçarem um rumo para resolvê-los.

## 3. Inclusivo

A inclusão de diversas partes interessadas relevantes – sobretudo grupos marginalizados – para resultados justos, equitativos e efetivos.

## 4. Transformador em matéria de género

Examinar, questionar e mudar, de forma ativa, normas rígidas de género e desequilíbrios de poder que dão vantagem aos meninos e aos homens sobre as meninas e as mulheres.

## 5. Empoderador

Remover obstáculos (individuais, sociais, sistémicos) que impedem as pessoas – especialmente aquelas que são marginalizadas, estão mais em risco ou têm os seus direitos negados – de assumir o controlo das suas próprias vidas e das decisões que as afetam.



Há seis princípios que norteiam a abordagem e a execução do processo de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

### 1. Localizado

Adaptável para garantir que as comunidades mais em risco têm a capacidade, a informação, as relações, os recursos e os poderes necessários para decidir como querem reforçar a sua própria resiliência; esta adaptação deve ter em conta o contexto e satisfazer os requisitos ou as condições específicas de uma determinada zona.

### 2. Aspiracional

Utilizar o futuro que as pessoas e os grupos imaginam para si próprios, especialmente as pessoas mais em risco, para definir e moldar o mundo à sua volta.

### 3. Antecipatório

Adotar uma intervenção proativa baseada nas previsões dos riscos previstos sobre as vidas e os meios de subsistência das pessoas mais marginalizadas ou os vetores de desenvolvimento e da mudança.

### 4. Baseado na evidência

Uma abordagem que implica fazer deduções e extrair conclusões com base na evidência que são, depois, testadas e estudadas novamente para se chegar à melhor solução, ao mesmo tempo que se tem em conta as perspetivas e os interesses das comunidades mais em risco.

### 5. Adaptativo

Flexível a alterações, quando adequado, e que não compromete o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos (no curto e no longo prazo).

### 6. Orientado para os resultados

Assegurar que a visão para o desenvolvimento se traduz em ações e que estas decisões e ações estratégicas alcançam os resultados esperados; para tal é necessário uma monitorização e gestão regulares no âmbito das quais todas as partes interessadas envolvidas assumam as suas responsabilidades.



**CHRISTINA ROSÁRIO DE OLIVEIRA**

## Brasil

«O que posso fazer para melhorar o sítio que tanto adoro? Algumas pessoas dirão que o papel da mulher é lavar a roupa, engomar, limpar e cozinhar. Mas não.

Há muitos outros papéis importantes dentro da sociedade e comunidade que precisam de ser valorizados. Um é aquilo que nós mulheres fazemos com os NUDEC (núcleos comunitários de defesa civil).»

Fotografia: Júlia Lemos Lima/GNDR





## FASES PRINCIPAIS

# As três fases principais do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos



# As três fases principais do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

O processo do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos pode ser dividido em três fases principais, cada uma composta por três etapas.

## 1ª Fase: Definir (redefinir)

### 1ª Etapa: Interagir com as comunidades mais em risco

O ponto de partida são as próprias comunidades mais em risco: deve procurar perceber-se a sua visão e garantir que a sua perspetiva está no âmago de todas as atividades.

Primeiro, é crucial escutar as pessoas a explicar o que está a acontecer no seu contexto. A conversa deve dar-lhes a possibilidade de tomarem conhecimento do que está a ocorrer à sua volta – uma perspetiva mais ampla das decisões tomadas noutros lados ou fenómenos mais gerais – que, em última análise, afeta as suas vidas. A partir daqui, é possível captar as suas aspirações para o futuro.

### 2ª Etapa: Ter a visão da comunidade mais em risco no âmago das atividades

Os membros da comunidade, as organizações da sociedade civil (OSC) e outras partes

interessadas preparam-se e organizam-se para trabalharem juntos no planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

### 3ª Etapa: Compreender o contexto e os riscos

É necessário que as comunidades mais em risco interajam com os conhecimentos científicos e os contextos globais emergentes a fim de compreenderem melhor os riscos e as relações específicas ao seu contexto e, assim, realizarem análises e fazerem escolhas informadas. Tal é alcançado mediante a aquisição de conhecimentos e a recolha de dados junto das comunidades mais em risco e de outras fontes secundárias. Esta etapa cobre aspetos essenciais em torno da avaliação do contexto e dos riscos, bem como do mapeamento das relações.



### 2ª Fase: Avaliar e antecipar

#### 4ª Etapa: Priorização dos riscos e avaliação do impacto do desenvolvimento

A priorização dos riscos para a comunidade permite que as comunidades tomem decisões sobre quais são as suas prioridades e os principais desafios que se colocam à resposta aos riscos e ao reforço da resiliência. Nesta etapa, recomenda-se a realização de várias avaliações (incluindo avaliações de impacto) para compreender melhor os riscos complexos e os respetivos impactos nas comunidades e nos espaços que ocupam.

#### 5ª Etapa: Prospetiva estratégica e planeamento de cenários

Nesta etapa pretende-se ajudar as comunidades a repensar as suas visões e objetivos com base num melhor conhecimento das tendências futuras e das questões emergentes. São fornecidas ferramentas e métodos para que as comunidades perspetivem as tendências futuras. A análise das mega tendências, a imaginação de cenários e a retrospectividade da visão para a comunidade são os elementos principais da prospetiva estratégica.

#### 6ª Etapa: Elaborar uma estratégia com as comunidades mais em risco

Nesta etapa, as comunidades (facilitadas pelas OSC) tomarão conhecimento de exemplos e melhores práticas, identificarão e chegarão a acordo sobre as ações necessárias e tomarão decisões relativas à prevenção e mitigação dos riscos, bem como ao reforço da resiliência. É importante que a priorização das comunidades mais em risco seja incorporada nas prioridades das comunidades mais alargadas. É aqui que reside, indiscutivelmente, o maior desafio ao desenvolvimento.

**É importante que a priorização das comunidades mais em risco seja incorporada nas prioridades das comunidades mais alargadas. É aqui que reside, indiscutivelmente, o maior desafio ao desenvolvimento.**



### 3ª Fase: Agir e gerir

#### 7ª Etapa: Agir com as comunidades mais em risco

Implementar as ações e intervenções necessárias decididas pelas comunidades. É necessário considerar diferentes modos de implementação das ações e outros aspetos envolvidos na realização das ações (incluindo assegurar a coerência com outros projetos, esquemas e planos relevantes).

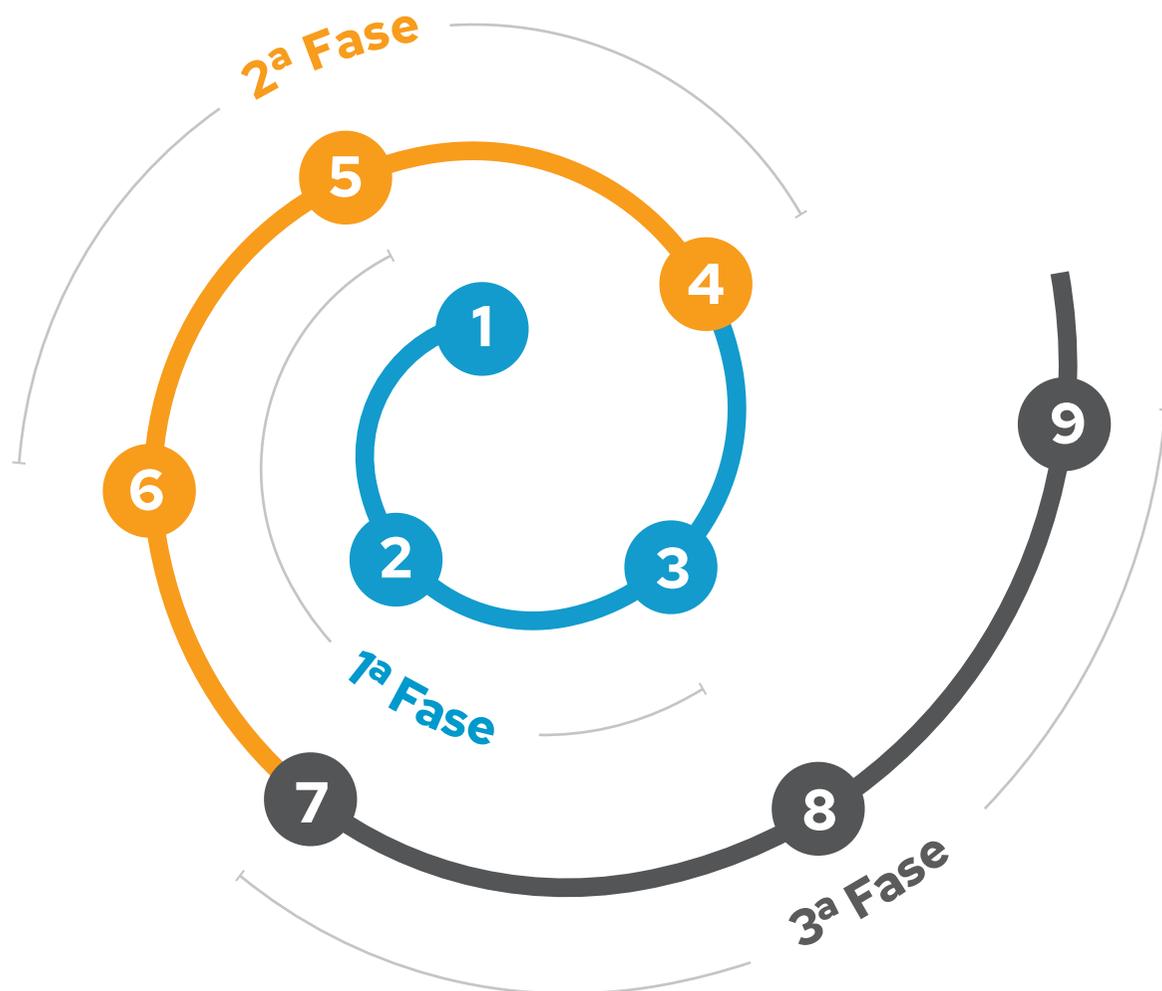
#### 8ª Etapa: Prestar contas às comunidades mais em risco e aprender com as mesmas

Embora esteja documentada na oitava etapa, o exercício de prestação de contas às comunidades mais em risco e de aprendizagem com as mesmas deve ocorrer ao longo de todo o processo, incluindo no fim. À medida que vai aumentando o dinamismo em torno das atividades, espera-se que mais partes interessadas se juntem ao processo e que as aprendizagens partilhadas – através de processos de avaliação formal e informal – possam conduzir a progressos sustentados. Os processos de prestação de contas devem fomentar um exercício responsável do poder por parte dos responsáveis e partes interessadas encarregues do desenvolvimento.

#### 9ª Etapa: Repetir e reforçar

O planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos não é uma atividade extemporânea. O seu sucesso assenta na partilha de aprendizagens, no reforço das ações e na revisão dos processos para aperfeiçoar o desenvolvimento. Tal deve-se ao facto de os riscos e os vetores de risco serem dinâmicos, tal como o desenvolvimento e o crescimento. As OSC e as comunidades podem melhorar ou alargar a escala do seu processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos no próximo ciclo, com base nas perspetivas obtidas a partir da ação e da aprendizagem. A GNDR espera que, graças ao sucesso de um primeiro envolvimento em processos baseados no conhecimento dos riscos, as comunidades estejam capacitadas para dar resposta a questões mais complexas, riscos maiores e obstáculos mais complicados.





### 1ª Fase: Definir (redefinir)

- **1ª Etapa:** Interagir com as comunidades mais em risco
- **2ª Etapa:** Ter a visão da comunidade mais em risco no âmago das atividades
- **3ª Etapa:** Compreender o contexto e os riscos

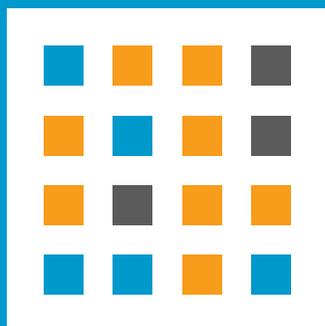
### 2ª Fase: Avaliar e antecipar

- **4ª Etapa:** Priorização dos riscos e avaliação do impacto do desenvolvimento
- **5ª Etapa:** Prospecção estratégica e planeamento de cenários
- **6ª Etapa:** Elaborar uma estratégia com as comunidades mais em risco

### 3ª Fase: Agir e gerir

- **7ª Etapa:** Agir com as comunidades mais em risco
- **8ª Etapa:** Prestar contas às comunidades mais em risco e aprender com as mesmas
- **9ª Etapa:** Repetir e reforçar





1ª ETAPA

# Interagir com as comunidades mais em risco



## Interagir com as comunidades mais em risco

Esta etapa ajuda as organizações da sociedade civil (OSC) a iniciar conversas com os membros da comunidade para identificar os grupos mais em risco e marginalizados; introduzir o processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos; e considerar as formas de envolvimento dos membros da comunidade.

### Plano geral

Nesta etapa, as organizações da sociedade civil devem procurar dar início a conversas com todos os grupos demográficos, em especial aqueles mais em risco. Devem escutar as suas experiências e começar a explorar a sua visão do futuro.

### Objetivos

O objetivo desta etapa é captar as suas perspetivas e aspirações, de modo a compreender a sua visão, bem como as suas apreensões ou preocupações sobre os riscos que enfrentam. Também é importante aferir os seus conhecimentos em matéria de direitos e normas culturais.

### Criação da visão

O processo de criação da visão tem como objetivo:

- Reforçar as relações com as comunidades ou pessoas mais em risco
- Entender os fenómenos globais e o seu impacto nos contextos locais
- Entender os direitos, os poderes, os titulares de direitos e os responsáveis pelo cumprimento dos mesmos
- Mobilizar o interesse e o envolvimento em torno dos processos do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
- Mobilizar os membros da comunidade para as próximas etapas
- Explorar as aspirações e apreensões de todos os grupos comunitários
- Permitir que as comunidades articulem e traduzam as visões em objetivos tangíveis e realizáveis através de ações individuais e coletivas futuras



### Principais passos nesta etapa

- Dar a conhecer aos membros da comunidade o seu papel e o seu espaço para determinarem o seu futuro
- Providenciar uma plataforma e oportunidade para que todos os membros da comunidade possam, em pé de igualdade, expressar as suas aspirações e preocupações (relacionadas com os riscos, os vetores de risco e outras questões)
- Incentivar as conversas para que os membros da comunidade resolvam conflitos e compreendam-se melhor uns aos outros e ao sítio onde vivem

#### 1. Identificar os grupos principais

O processo do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos começa pela identificação das pessoas mais em risco e dos líderes locais e, muito importante, pela construção de relações com os mesmos.

As pessoas mais em risco podem incluir, por exemplo, pessoas que se identificam como parte da comunidade LGBTQ+, pessoas que vivem com deficiência, grupos minoritários devido ao seu estatuto sócio-económico, pessoas idosas, crianças e jovens.

É necessário fazer um esforço especial para comunicar diretamente com mulheres, incluindo mulheres líderes.

#### 2. Preparar e mobilizar as comunidades

Chegar a acordo com os membros da comunidade sobre quando e como o exercício de criação da visão será realizado, incluindo o formato, a data, o horário e o local preferidos. Planear e conceber o exercício.

Embora as organizações da sociedade civil possam organizar e publicitar o evento, é recomendado que os líderes comunitários ou representantes de grupos da sociedade civil assumam o papel de facilitadores. Organizar o evento em espaços comunitários neutros, como uma escola, centro comunitário ou sala municipal.

#### 3. Apresentar as tendências globais

Despender tempo para falar com os membros da comunidade sobre os seus direitos, deveres e funções dos responsáveis pelo cumprimento dos direitos.

Realçar os vetores de risco à escala mundial (como as alterações climáticas) e explicar de que forma afetam o seu contexto. Aqui é importante dar asas à criatividade. O teatro, a música, a arte de rua e outros métodos podem chamar mais atenção e mobilizar mais as pessoas do que as reuniões formais.

Discutir brevemente o quadro do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos mais alargado e o objetivo subjacente a uma visão para a mudança.



### 4. Realizar o exercício de criação da visão

A criação da visão é o processo mediante o qual uma comunidade define o futuro que pretende. Deve servir para dar voz às pessoas na comunidade e constituir uma plataforma para todos os membros da comunidade expressarem as suas aspirações para o sítio onde vivem.

Este exercício irá ajudar a aprimorar os resultados pretendidos e a mobilizar as comunidades para trabalharem tendo em vista aspirações comuns. Também poderá servir de plataforma para os vários grupos partilharem perspectivas, comunicarem e, porventura, resolverem conflitos. Este exercício pode ser visto como a plataforma de lançamento para o processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e liderado pela comunidade.

#### Explorar a visão individual e comunitária

Os facilitadores podem convidar cada participante (incluindo e especialmente crianças, idosos, mulheres e outras pessoas marginalizadas) para verbalizar ou escrever as suas aspirações.

Ponderem a possibilidade de dividir o evento em grupos de discussão para fomentar a confiança entre os diferentes membros da comunidade, se adequado.

#### Traduzir a visão em objetivos

Estimulem os participantes a apresentar formas e ideias mediante as quais poderão converter as suas visões em objetivos. Se querem realizar uma determinada aspiração, o que podem fazer (tanto individualmente como enquanto comunidade) ao longo dos próximos meses ou anos para concretizar essa aspiração?

Incentivem-nos a identificar igualmente os obstáculos à concretização das aspirações e dos objetivos.

### 5. Chegar a um entendimento

A finalidade deste passo é encontrar pontos comuns que sejam mutuamente benéficos e, ainda assim, inclusivos e que acrescentem valor, a curto e longo prazo, à comunidade e às pessoas.

A conversa deve refletir os resultados deste exercício de criação da visão, com o facilitador a procurar obter um entendimento entre os participantes, assim como a ajudar a resolver preocupações ou conflitos decorrentes das diferentes ideias sobre uma visão comum para a comunidade.

### 6. Visão geral das etapas do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

Depois de concluídos os passos anteriores, importa apresentar e explicar as próximas etapas do processo de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, com especial referência à co-criação.



## Recursos adicionais

- [Incorporating Visioning into Comprehensive Planning](#) [Integrar a visão num planeamento abrangente] de Anna Haines
- Secção 17 do [Participatory Incremental Urban Planning](#) [Planeamento Urbano Incremental Participativo] (edição para as pequenas cidades de crescimento rápido da ONU-Habitat)



**CORAZON BAJUYO CLARIN**

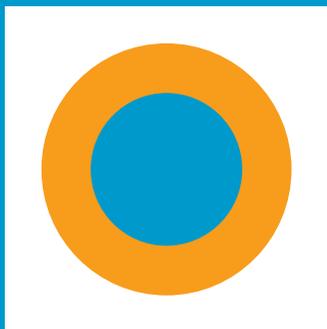
## Filipinas

«É muito importante que a iniciativa para a redução do risco de catástrofes integrando a perspetiva das pessoas com deficiência seja conduzida por pessoas com deficiência. Defendemos sempre: nada sobre nós sem nós.»



Fotografia: Jeremy Kruis/GNDR





## 2ª ETAPA

**Ter a visão da comunidade  
mais em risco no âmago  
das atividades**



## Ter a visão da comunidade mais em risco no âmago das atividades

Esta etapa do planejamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos implica trabalhar em torno da visão da comunidade mais em risco. O sucesso alcança-se quando as comunidades mais em risco conduzem o processo.

### Plano geral

É necessário tempo para a comunidade se organizar para trabalhar em conjunto, estabelecer ligações com as organizações existentes e iniciar a comunicação sobre a preparação e criação de mecanismos (comunicação, desenvolvimento de capacidades, comitês de liderança, produção e aquisição de conhecimentos) a fim de implementar o planejamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

Em segundo lugar, um elemento fundamental do planejamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos são os conhecimentos e os dados sobre os riscos (em termos de perigos, vetores de risco, vulnerabilidade, resiliência, etc.), em especial os riscos locais que afetam, direta e indiretamente, as comunidades.

Tal irá permitir apurar o tipo de apoio ou colaboração complementar necessários por parte de outras partes interessadas (como especialistas técnicos, instituições, outras organizações e agências, unidades do governo local, etc.) nas várias etapas do processo de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

Para concretizar esta etapa, é necessário que haja colaboração com as comunidades mais em risco. Nas comunidades nas quais vários grupos e organizações da sociedade civil já estão presentes, também é importante colaborar formalmente para facilitar o processo de planejamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos com a comunidade.



### Objetivos

Os objetivos desta etapa do processo são:

- Colocar os representantes e líderes comunitários à frente do processo logo desde o início; para tal, é importante formar organizações comunitárias, sobretudo quando não existem outras organizações (como grupos que realizam [CBDRM](#) em conjunto)
- Incentivar e promover a liderança dos grupos comunitários mais em risco para que realizem o planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, criando espaço para que possam tomar decisões sobre as suas funções no processo de planeamento geral
- Criar e identificar oportunidades de colaboração com as várias partes interessadas
- Preparar, co-criar e adaptar os detalhes do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos de acordo com a comunidade, por exemplo, criando os recursos, ativos ou mecanismos de apoio necessários para que a própria comunidade possa liderar o processo
- Iniciar os preparativos para a criação de mecanismos de apoio (como organizações comunitárias, bibliotecas de dados, mecanismos de recolha de dados, etc.); falar com os membros da comunidade e recolher conhecimentos e dados de fontes secundárias ou disponíveis publicamente é fundamental no início para compreender as complexidades em torno dos riscos e do desenvolvimento

**Incentivar os grupos comunitários mais em risco a assumirem a liderança do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.**



# Principais passos nesta etapa

## 1. Grupo de trabalho do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

O primeiro passo é encetar uma conversa com vista à formação de um grupo de trabalho sobre o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, composto por membros da comunidade. A composição deste grupo de trabalho deve ser equilibrada em termos de género, incluindo representantes dos grupos mais em risco, sendo que o grupo de trabalho deve ser apoiado pelas organizações da sociedade civil (OSC).

É importante aproveitar as organizações comunitárias, os canais de comunicação ou os modos de operação já existentes numa determinada comunidade ou região, assim como o grupo de trabalho, para mobilizar o resto da comunidade. Deve ponderar-se a possibilidade de criar subgrupos com responsabilidades bem definidas (por exemplo, funções de investigação ou elaboração de orçamentos), caso haja muitas pessoas dispostas a ajudar a coordenar o processo.

## 2. Colaboração com as partes interessadas

Em seguida, deve-se iniciar a colaboração com outras partes interessadas. Importa considerar outras partes interessadas que podem colaborar no processo. Aqui incluem-se outras OSC ou grupos da zona, o setor privado, os media, líderes eleitos pela comunidade, o mundo académico, investigadores locais e instituições nas áreas da educação, do planeamento, do desenvolvimento e da tecnologia. etc. Deve considerar-se a possibilidade de [formalizar a colaboração](#) com estes grupos.

## 3. Co-criação do processo

Iniciar conversas aprofundadas com a comunidade para co-criar e aprimorar os detalhes de um processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos adequado ao seu contexto. As próprias comunidades mais em risco podem ser porta-estandartes do processo. Devem ser capazes de explicar o processo, alinhando-o com o contexto comunitário, e tomar decisões gerais sobre como realizar cada etapa.

Considerar tarefas preparatórias, funções de liderança para diferentes aspetos, como comunicar e trabalhar de uma forma conveniente para todos os membros e descrever o apoio que as OSC terão de prestar.

## 4. Estimativa rápida dos riscos

Se, entre todos os [vetores de risco](#), determinados vetores de risco são mais proeminentes ou dizem mais às comunidades mais em risco, devem ser tomadas medidas para orientar e concentrar os esforços de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos de acordo com os mesmos.

A [ferramenta de estimativa rápida dos riscos](#) é um processo de envolvimento de diferentes partes interessadas que visa estabelecer um entendimento comum sobre os riscos. A ferramenta pode ser utilizada para identificar e compreender os riscos atuais e futuros, as tensões, os choques e as ameaças tanto para as pessoas como para os ativos físicos.



### 5. Co-criar um plano de recolha de dados

É necessário discutir e chegar a acordo com os membros da comunidade sobre como recolher dados, quando recolher dados e quem deve estar envolvido no processo de recolha de dados. Se necessário, poderá ser um grupo de discussão fechado, composto apenas por aqueles que foram nomeados para o efeito pelo grupo de trabalho.

### 6. Co-criar um repositório de dados

Um repositório de dados é um ponto de armazenamento virtual ou físico de dados relevantes que foram recolhidos com as comunidades mais em risco ou junto de fontes secundárias. Devem ser armazenados de forma organizada, para que estejam sempre acessíveis aos membros da comunidade e aos grupos da sociedade civil envolvidos no processo. Se for viável, deve explorar-se a possibilidade de colaboração com especialistas em gestão de dados ou centros de dados do governo local com vista à criação de um repositório de dados (normalmente, os governos locais têm centros operacionais de emergência que guardam os dados).

Existem quatro conjuntos de dados relevantes que precisam de ser armazenados:

- Dados da comunidade local
- Dados secundários (que serão recolhidos junto de fontes abertas, unidades do governo local, estudos, relatórios, especialistas, etc.)
- Observações sobre aspetos contextuais da suscetibilidade geográfica a vários perigos
- Calendários de dados: podem ser utilizados calendários de dados mensais e anuais para comunicar e informar a comunidade sobre vários aspetos dos perigos, vulnerabilidade e reforço da resiliência

### 7. Reforço das capacidades

Reforçar a capacidade de manter um repositório de dados e um mecanismo de monitorização do risco liderado pela comunidade. Tal visa assegurar que o repositório de dados se mantém ativo, é atualizado e a informação é analisada regularmente para identificar alterações nos riscos ou novos riscos. Idealmente, deve ser gerido por membros da comunidade dentro da localidade.

Para assegurar que tal acontece, importa:

- Reforçar as capacidades dos membros da comunidade para que possam realizar esta tarefa
- Clarificar quais as informações a recolher
- Definir claramente as tarefas e as funções dos membros da comunidade envolvidos
- Manter um registo mensal das tarefas realizadas em termos de monitorização dos riscos
- Realizar uma monitorização continua para captar as variações em diferentes momentos (sazonais, mensais, etc.) e as condições que evoluem de forma dinâmica



### 8. Comunicação mais alargada

Comunicar aos restantes membros da comunidade a criação do novo repositório de dados e o método de recolha de dados, a fim de procurar que todas as pessoas colaborem e contribuam.

### Recursos adicionais

- [Open Data Infrastructure for City Resilience](#): A roadmap showcase and guide [Infraestrutura de dados abertos para resiliência da cidade: um roteiro, vitrine e guia]
- [Livro de Cozinha](#) sobre a Institucionalização de uma CBDRM Sustentável
- [Estudos de caso](#) sobre a gestão do risco de catástrofes de base comunitária





**3ª ETAPA**

# Compreender o contexto e os riscos



## Compreender o contexto e os riscos

A terceira etapa consiste na contextualização do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos. Tal significa a recolha e a produção de dados ou conhecimentos relevantes para compreender em que medida o risco e a resiliência afetam o desenvolvimento no contexto da comunidade.

### Plano geral

As ligações entre vários fatores locais, regionais ou globais, em que medida estes afetam pessoas, comunidades, sítios diferentes, e sistemas sociais ou físicos, servem de orientação às ações a tomar. Um exercício participativo de mapeamento das relações pode ajudar as comunidades a compreenderem melhor as complexas ligações.

De igual modo, os conhecimentos obtidos podem ser examinados face aos aspetos locais da suscetibilidade a perigos e o potencial de resiliência. Tal permite gerar conhecimentos úteis que são essenciais para a próxima etapa da priorização dos riscos.

Vários fatores irão determinar como as comunidades podem identificar riscos e adaptar-se para aumentar a resiliência através de decisões em matéria de desenvolvimento. Incluem: a composição social; o contexto socio-económico e socio-cultural; o ambiente físico; as estruturas de governação da sociedade em geral; o acesso a infraestruturas básicas; e o conhecimento que as comunidades têm sobre os seus direitos.

É fundamental compreender os aspetos contextuais de uma comunidade para entender melhor os riscos e os respetivos impactos. Por conseguinte, a produção e a recolha de dados e conhecimentos relevantes deve ter em conta este contexto.



### Objetivos

Os objetivos desta etapa são:

- Produzir dados relevantes sobre os riscos e a resiliência, compreender o contexto e as relações entre os vários fatores e aspetos que influenciam os riscos e a resiliência
- Recolher dados, informações e conhecimentos relevantes junto de várias fontes, com base no plano elaborado na segunda etapa
- Mobilizar e incentivar os membros da comunidade a participar na recolha de dados e conhecimentos locais
- Melhorar o conhecimento sobre a interdependência dos fatores associados a perigos e [vetores de risco](#)

### Principais passos nesta etapa

#### 1. Recolher conhecimentos e dados com as comunidades em risco

Um ponto de partida poderá ser a criação de um mapa da zona, dividindo-o em pequenas partes com base em pontos de referência identificáveis e atribuindo cada zona a uma pessoa ou grupo para facilitar a recolha de conhecimentos.

Podem ser utilizadas diversas técnicas para interagir com os residentes dessa localidade específica: transectos, fotografias, esboços/ilustrações, diagramas e notas. Para este exercício recomenda-se as [dicas e truques](#) para a ferramenta de mapeamento, juntamente com recursos amplamente utilizados online, como [imagens de perfis de transectos](#) do Google, [plataformas de dados](#) disponíveis gratuitamente na Web e [apps](#).

A realização de entrevistas em grupo, entrevistas às famílias e inquéritos possibilita a recolha de dados junto das comunidades mais em risco. As perguntas sugeridas encontram-se na nossa [metodologia](#) Visão da Primeira Linha. As narrativas ou as histórias sobre conhecimentos locais são igualmente importantes. Recolham histórias das melhores práticas dado que tal irá enriquecer os conhecimentos da comunidade. Recolham conhecimentos locais, sobretudo através de grupos de discussão com os membros da comunidade mais em risco e as diferentes partes interessadas da comunidade.

É essencial recolher informações secundárias junto de fontes abertas. Para além das estatísticas ou previsões para a zona, também será útil aprender com os esforços bem-sucedidos em matéria de planeamento do desenvolvimento, gestão e adaptação aos riscos. Em seguida, estes dados devem ser organizados numa biblioteca ou repositório de dados, conforme previsto na segunda etapa.



### 2. Pesquisar documentação

Cada grupo ou pessoa responsável pela recolha de conhecimentos ou dados deve atualizar o repositório de dados, no prazo de uma semana após a conclusão da sua tarefa, consultando regularmente os planos e os processos acordados para o armazenamento de documentos. As informações recolhidas são um recurso de conhecimento para o planeamento do desenvolvimento nos anos futuros, uma vez que o repositório de dados armazena estas informações e conhecimentos valiosos para utilização e análise posteriores. Depois de determinados os dados do cenário de base, deve iniciar-se a monitorização dos riscos utilizando os indicadores dos perigos e dos vetores de risco.

### 3. Compreender as relações entre riscos e impactos

Após a recolha dos dados, as comunidades podem dar início à análise dos mesmos. Tal irá conduzir a uma melhor compreensão dos aspetos e riscos únicos e contextuais que as comunidades enfrentam no presente e/ou poderão enfrentar no futuro.

O mapeamento das relações é um exercício colaborativo no âmbito do qual os membros da comunidade começam a pensar/refletir em termos de relações entre pessoas, locais e sistemas, bem como a respetiva associação aos vetores de risco. Neste exercício devem participar especialistas ou profissionais em planeamento do desenvolvimento, riscos, catástrofes, socio-economia e ambiente.

### 4. Contextualizar os fatores associados ao risco e à resiliência

Este passo visa examinar os dados e os conhecimentos recolhidos face aos aspetos contextuais da suscetibilidade e resiliência geofísica.

Cada comunidade e paisagem onde as pessoas vivem são únicas. Aqui, concentramos-nos nas comunidades mais em risco e que vivem sob várias tensões: sociais, culturais, económicas, políticas e ambientais.

Vivam em contextos urbanos ou rurais, em zonas costeiras ou em florestas, sejam comunidades pastoris ou nómadas, o contexto das pessoas é composto por direitos, riscos, recursos, conhecimentos e soluções.

A mobilidade humana resulta na deslocação de populações por motivos sociais, económicos e ambientais. Muitos grupos de rendimentos mais baixos deslocam-se entre aldeias e zonas urbanas adjacentes. Deparam-se com constrangimentos à medida que vivem e navegam pelas partes vulneráveis da cidade em busca de novas oportunidades.



As comunidades deslocadas devido a catástrofes e os refugiados de conflitos muitas vezes também vivem em zonas com recursos limitados e pouco fiáveis. As comunidades deslocadas devido a conflitos, ou que não são cidadãos, poderão apenas ter direitos restritos – ao contrário dos cidadãos de um país – até que estejam normalizados ou integrados no novo sistema.

Todas estas condições e contexto determinam os riscos aos quais as comunidades estão expostas e também limitam a sua intervenção no que toca ao reforço da resiliência ou à adaptação para evitar estes riscos. Estas matizes são específicas de cada comunidade, pelo que é essencial contextualizar os riscos e a resiliência.

As condições locais das pessoas, sítios e sistemas desempenham um papel importante na determinação da vulnerabilidade. De igual modo, as paisagens naturais fornecem serviços do ecossistema que reforçam a resiliência de qualquer zona. É importante assegurar que os dados recolhidos e as observações realizadas são relevantes para o contexto.

Para examinar e garantir que os aspetos contextuais críticos da vulnerabilidade e os fatores locais do risco são considerados, podem ser utilizadas duas listas de controlo:

- Análise contextual da suscetibilidade geofísica a perigos
- Perguntas de reflexão para avaliar a resiliência das pessoas, dos locais e dos sistemas

## Recursos adicionais

- [Disaster Resilience Scorecard for Cities](#) [Quadro de Resultados da Resiliência a Catástrofes para as Cidades] da UNDRR
- [Addressing Disaster Displacement in Disaster Risk Reduction Policy and Practice: A Checklist](#) [Abordar a Deslocação resultante de Catástrofes nas Políticas e Práticas de Redução do Risco de Catástrofes: uma Lista de Controlo] da UNDRR
- [Gender Dimensions of Disaster Risk and Resilience: Existing Evidence](#), 2021 [Dimensões do Género do Risco e da Resiliência a Catástrofes: Evidência Existente do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento/Banco Mundial]
- [Gender Dimensions of Disaster Risk and Resilience](#) [Dimensões do Género do Risco e da Resiliência a Catástrofes]
- [Tool Kit on Gender Equality Results and Indicators](#) [Kit de Ferramentas sobre os Resultados e os Indicadores relativos à Igualdade de Género]



- [Gender analysis of conflict](#) [Análise de Gênero em Conflitos]
- [Gestão do risco e tomada de decisões em relação ao desenvolvimento sustentável](#), Capítulo 7 do Relatório de 2021 do IPCC
- [Disability Inclusive Development Toolkit](#) [Kit de Ferramentas do Desenvolvimento que Integra as Pessoas com Deficiência]
- [Baseline Resilience Indicators for Communities](#) (BRIC) [Indicadores de Base sobre a Resiliência das Comunidades] da Universidade da Carolina do Sul
- [Participatory Asset Mapping](#): A Community Research Lab Toolkit da Advancement Project
- [Community Mapping: A Tool for Community Organisation](#) [Mapeamento da Comunidade: uma Ferramenta para a Organização Comunitária] da WaterAid
- [UNDRR Asia-Pacific COVID-19 Brief](#): [Disaster-Responsive Social Protection](#) [Relatório da Covid-19 UNDRR Ásia-Pacífico: Proteção Social Sensível a Catástrofes]
- [UNDRR Asia-Pacific COVID-19 Brief: Leave No One Behind in Covid-19 Prevention, Response and Recovery](#) [Relatório da Covid-19 UNDRR Ásia-Pacífico: Não Deixar Ninguém para Trás na Prevenção, Resposta e Recuperação da Covid-19]



PARANATI PATRA

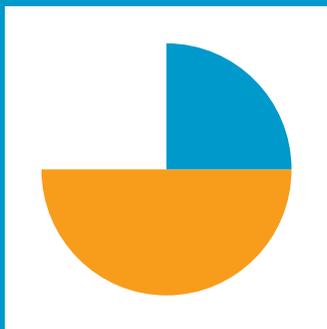
Índia

«A cidade industrial de Paradip fica a apenas 22 km da nossa localidade. Cinquenta por cento das pessoas que vivem na comunidade sofrem de doenças respiratórias e cardiovasculares. A poluição atmosférica causa comichão, irritação e desconforto nos olhos.

Até mesmo a fruta e os legumes que compramos no mercado têm químicos. Não há qualquer programa de sensibilização sobre a poluição atmosférica. Gostaríamos de saber como podemos reduzir o risco da poluição atmosférica e continuar saudáveis.»

Fotografia: Sarika Gulati/GNDR





4ª ETAPA

## Priorização dos riscos e avaliação do impacto do desenvolvimento



## Priorização dos riscos e avaliação do impacto do desenvolvimento

Na quarta etapa do planeamento do desenvolvimento com base no conhecimento do risco, as comunidades mais em risco priorizam os riscos e consideram as avaliações de impacto em relação à sua visão e objetivos.

### Plano geral

Para concluírem esta etapa, as comunidades em risco precisam de compreender melhor os impactos do desenvolvimento e em que medida estes agravam os riscos e as vulnerabilidades, assim como as complexidades intrínsecas em torno dos direitos, do risco, da resiliência e da capacidade de adaptação.

Tal irá contribuir para a definição dos riscos críticos ou complexos/variados com vista à tomada de decisões direcionadas sobre o desenvolvimento que podem melhorar a adaptação e a resiliência.

### Objetivos

A priorização dos riscos e as avaliações do impacto do desenvolvimento visam:

- Fazer uma análise crítica e avaliar os fatores de risco e vulnerabilidade que reduzem a resiliência
- Analisar os impactos das atividades de desenvolvimento (passadas, presentes e futuras) que são diretamente relevantes para a comunidade e localidade
- Compreender a interligação dos vários fatores de risco a nível regional e local, sobretudo os vetores de risco de catástrofes, assim como analisar os impactos e as consequências dos perigos e dos vetores de risco na localidade
- Fazer uma análise crítica das capacidades e do potencial para o reforço da resiliência e da adaptação mediante a identificação de oportunidades para mitigar os riscos e as respetivas consequências



### Principais passos nesta etapa

- Definir os riscos prioritários com base na análise, identificando os principais desafios em termos de resposta aos riscos e reforço da resiliência
- Delinear paisagens que são: suscetíveis a perigos; ecologicamente sensíveis; e adequadas e seguras para o desenvolvimento
- Identificar as lacunas nos direitos básicos, necessidades, serviços e capacidades a fim de suprir as mesmas com base no respetivo grau de prioridade e tomar decisões tendo em vista o desenvolvimento sustentável e a adaptação
- Apoiar as comunidades mais em risco, os grupos da sociedade civil e os especialistas técnicos para que estes colaborem efetivamente na tomada de decisão, garantindo a utilização das informações recolhidas nas etapas anteriores

#### 1. Consolidar as informações

Pesquisar a biblioteca ou o repositório de dados em busca de conhecimentos e informações sobre a localidade, a região ou tópico em causa. Repetir as atividades de investigação conforme descritas na terceira etapa, caso existam algumas lacunas naquilo que é necessário.

#### 2. Consultar os especialistas

Identificar apoio técnico e consultivo. Identificar instituições locais e regionais e/ou especialistas para ajudar na análise e procurar aconselhamento sobre dados relevantes para realizar as análises.

#### 3. Instituir um processo de análise colaborativa

As análises e avaliações de impacto utilizando várias ferramentas participativas devem, idealmente, ser efetuadas em colaboração com os representantes da comunidade mais em risco, grupos da sociedade civil, representantes do governo local e especialistas técnicos. Convidem as pessoas relevantes para o evento de análise.

Poderá explorar-se a colaboração com instituições técnicas ou através da elaboração de propostas para aceder a fundos de empresas com programas de responsabilidade social, do governo, de organizações ou fundos globais. Nos casos em que não seja viável colaborar com especialistas técnicos, poderá explorar-se a possibilidade de dar formação a determinados membros da comunidade.



### 4. Análise participativa

Realizar exercícios participativos para analisar as informações recolhidas em torno de alguns dos métodos de análise anteriormente indicados. É possível levar a cabo várias avaliações utilizando os dados recolhidos no terreno e junto de outras fontes-abertas na terceira etapa.

Dado que os métodos de análise para algumas destas avaliações são de uma natureza técnica, elaborem os formatos participativos da análise em colaboração com especialistas técnicos ou peçam a estes que apresentem as suas próprias conclusões.

Os métodos de análise participativa para priorizar os riscos desencadeados pelos impactos do desenvolvimento nos quais as comunidades podem participar são:

- Análise SWOT
- Avaliação de impacto do desenvolvimento (impactos ambientais, sociais e económicos)

- Análise de sobreposições para identificar zonas com vários riscos
- Análise da adequabilidade dos solos
- Análise de degradação e fragmentação de infraestruturas de resiliência

É possível adicionar mais informações ao processo através da aplicação da técnica do raio de influência, o cálculo da capacidade de carga e os indicadores das práticas insustentáveis.

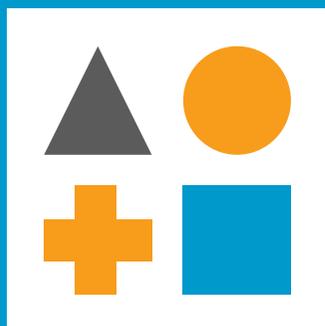
### 5. Tomada de decisão

Registrar os procedimentos desta etapa documentando o processo de análise e as decisões tomadas.

## Recursos adicionais

- Secção 5.2, 5.3, 5.4 do [Inclusive and Sustainable Urban Planning: A guide for Municipalities: Volume 2](#) [Planeamento Urbano Inclusivo e Sustentável: Um Guia para Municípios: Volume 2]
- [Florida Keys Carrying Capacity Study: Carrying Capacity Analysis/Impact Assessment Model](#) [Estudo da Capacidade de Carga de Florida Keys: Análise de Capacidade de Carga/Modelo de Avaliação do Impacto]





5ª ETAPA

## Prospetiva estratégica e planeamento de cenários



## Prospetiva estratégica e planeamento de cenários

A exploração daquilo que está a acontecer na sociedade em geral e a tentativa de perspetivar os vários futuros plausíveis a partir de diferentes tendências emergentes permite que as comunidades mais em risco moldem os planos de desenvolvimento baseados no conhecimento dos riscos.

### Plano geral

Explorar o horizonte e reconhecer as mega tendências pode ajudar a informar e captar novos vetores de risco e outras forças de mudança externas. Também pode ajudar a captar a natureza em mudança dos seis principais vetores de risco no contexto de um país, região ou cidade.

As conclusões do planeamento de contingência participativo e os seus processos permitem a preparação de planos para vários cenários de perigos. A prospetiva estratégica ajuda a captar sinais de mudança e mega tendências a nível global e, em especial, detetar tendências a respeito dos seis principais vetores de risco. Em conjunto, estas duas técnicas podem melhorar consideravelmente as ideias relacionadas com medidas de adaptação à prova do futuro.

Para concretizar esta etapa e começar a influenciar o desenvolvimento, é necessário interagir com as comunidades mais em risco para:

- Explorar os sinais de mudança
- Identificar tendências externas na sociedade em geral
- Identificar fenómenos globais relevantes
- Examinar os vetores de risco identificados e os vetores da mudança emergentes

Trata-se de uma oportunidade para as comunidades perspetivarem as suas prioridades de desenvolvimento imediatas e a longo prazo a partir do prisma destas tendências mais globais. De igual modo, é importante ter conversas que reimaginem as visões e os objetivos em consonância com uma melhor perspetiva e compreensão das diferentes tendências.



### Objetivos

A prospetiva estratégica e o planeamento de cenários visam:

- Perspetivar como poderá ser o futuro da comunidade à luz das tendências futuras e dos fatores de influência externos, incluindo os seis vetores de risco de catástrofes
- Reimaginar todos os cenários de risco possíveis (relativamente aos perigos e às vulnerabilidades das comunidades) sob várias condições e tendências futuras (incluindo as consequências para a localidade e os membros da comunidade) com vista à tomada de ações antecipadas

### Principais passos nesta etapa

#### 1. Exercício de perspetivar o futuro

Conceber um exercício de grupo participativo para as comunidades mais em risco perspetivarem o futuro. Isto pode ser feito através de [métodos prospetivos](#) utilizando vários futuros plausíveis com base na sua utilidade para formular políticas robustas e preparadas para o futuro.

É diferente de um mero exercício de elaboração de previsões: as previsões tentam prever uma única versão «correta» do futuro com base nas evidências e nas probabilidades.

Contudo, a prospetiva estratégica vê o futuro como uma entidade emergente que só é parcialmente visível no presente e não um destino predeterminado que pode ser totalmente conhecido antecipadamente (previsto). A intenção não é acertar no futuro, mas expandir e reenquadrar toda a gama de desenvolvimentos plausíveis que devem ser tidos em consideração.

De uma forma geral, existem quatro tipos de métodos prospetivos:

#### Exploração de horizontes

Procurar e pesquisar sinais de mudança no presente e os potenciais impactos futuros. A exploração de horizontes é o pilar de qualquer processo de prospetiva estratégica. Pode implicar análise documental, inquéritos a especialistas e revisões da literatura existente sobre o futuro.

#### Análise das mega tendências

Explorar e rever mudanças em larga escala no presente na intersecção de vários domínios de política, com impactos complexos e multidimensionais no futuro.

#### Planeamento de cenários

Formular várias histórias ou imagens de como poderá ser o futuro para explorar as mesmas e ver em que medida podem ter implicações no presente.



### Retrospectividade da visão para a comunidade

Desenvolver uma imagem de um estado futuro ideal (ou desejável) e fazer uma retrospectiva para identificar os passos que devem e não devem ser dados.

Também deve envolver, em colaboração com os especialistas relevantes, apresentações sobre sinais de mudança na comunidade e na região em geral, juntamente com mega tendências (incluindo os seis vetores de risco que são globais e têm implicações locais). A discussão interativa para apresentar estas conclusões às comunidades deve contribuir para o debate sobre estes vários cenários futuros possíveis.

### 2. Tendências a longo prazo

Visa identificar tendências específicas que a comunidade pensa que irão afetá-la longo prazo. Importa imaginar como estas tendências podem afetar as suas necessidades básicas, habitação/abrigo, segurança e proteção, meios de subsistência, empregos, conectividade e acesso a vários recursos. Deve debater-se e imaginar de que modo a visão e as aspirações da comunidade para o futuro serão influenciadas por estas tendências globais e regionais. De igual modo, interessa examinar e discutir se as vulnerabilidades e riscos existentes (conforme identificados nas etapas anteriores da análise) serão influenciados por estas tendências futuras.

### 3. Avaliar as decisões

A quarta etapa facilitou a priorização dos riscos e foram tomadas decisões sobre os fatores de risco, os grupos em risco ou as áreas geográficas prioritárias. Nesta etapa, a comunidade deve rever este processo à luz dos novos conhecimentos a fim de consolidar essas decisões.

Realizem discussões para explorar as formas de preparação para todos estes cenários baseados em tendências positivas e negativas. Falem sobre como as comunidades podem readaptar a visão tendo em conta as práticas existentes e futuras (atividades quotidianas e de desenvolvimento) a fim de estarem melhor preparadas para lidar com qualquer um destes cenários futuros.



## Recursos adicionais

- [Toolkit on Futures and Foresights](#) [Kit de Ferramentas sobre Métodos Futuros e Prospetivos] do Observatório de Inovação do Setor Público da OCDE
- [Foresight as a Strategic Long-Term Planning Tool for Developing Countries](#) [Prospetiva como uma Ferramenta de Planeamento Estratégico a Longo Prazo para os Países em Desenvolvimento] do PNUD
- [Guia para Prospetivas Práticas, Capítulo 1 – Prospetiva](#)
- [Guia para Prospetivas Práticas, Capítulo 3 – Métodos](#)
- [Game On: Foresight at Play with the United Nations](#)



**JOHN MPHAYA**

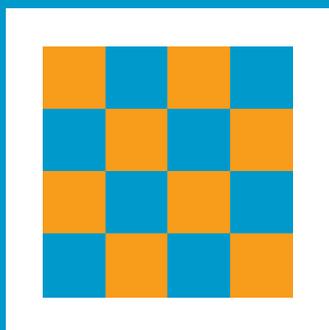
**Malawi**

«Ofereceram-se para construir uma represa e um sistema para que pudéssemos regar as nossas plantações. Particpei na construção do sistema, misturando cimento e trazendo pedras para a construção.

Tanto os homens como as mulheres participaram nas obras de construção porque isto era algo que já queríamos há muito tempo.»



Fotografia: Homeline Media/GNDR



6ª ETAPA

## Elaborar uma estratégia com as comunidades mais em risco



## Elaborar uma estratégia com as comunidades mais em risco

Juntamente com as comunidades mais em risco, é importante consolidar as decisões que tomaram para conceber ações, estratégias ou intervenções de desenvolvimento, adequadas e viáveis, em prol de um futuro sustentável e resiliente. O melhor caminho a seguir para combater o risco deve estar assente na mitigação ou adaptação a esse mesmo risco.

### Objetivos

Elaborar uma estratégia para a ação visa:

- Definir e chegar a acordo sobre as ações necessárias para aumentar a resiliência das pessoas, locais e sistemas de infraestruturas
- Suprir as lacunas em termos de direitos, necessidades e serviços básicos
- Decidir, coletivamente, as medidas de adaptação para reduzir os impactos e as consequências de riscos futuros, a fim de promover a resiliência e o desenvolvimento sustentável das comunidades
- Definir ações antecipadas adequadas para estabelecer mecanismos eficazes de resposta e recuperação em possíveis cenários de risco
- Mobilizar recursos humanos e financeiros, assim como outros mecanismos, para permitir e facilitar a realização destas ações e estratégias

### Principais passos nesta etapa

#### 1. Principais mensagens a reter

Extrair as principais mensagens a reter das etapas 1 a 5 e do planeamento de contingência participativo (se também estiver em curso).

#### 2. Ações e intervenções

Determinar as ações e intervenções necessárias para atender aos vários problemas do presente e do futuro, a fim de promover o desenvolvimento sustentável e resiliente. É útil e essencial consultar e colaborar com os especialistas ou as organizações e instituições especializadas no desenvolvimento, se tal for viável.

Algumas das estratégias conhecidas e de sucesso para o reforço da resiliência, a mitigação dos riscos futuros e a adaptação aos riscos através de intervenções em matéria de desenvolvimento incluem:



### Paisagens e ecossistemas

É possível reforçar a resiliência através do desenvolvimento das infraestruturas paisagísticas e da melhoria dos serviços dos ecossistemas. Por exemplo, infraestruturas azuis-verdes; zonas tampão para proteger sistemas paisagísticos, como rios e redes naturais de drenagem; sistemas de zonas húmidas; e zonas tampão na costa.

### Gestão integrada das bacias hidrográficas

As atividades para uma [gestão integrada das bacias hidrográficas](#) assentam no conhecimento das bacias hidrográficas de uma determinada zona; das vias de drenagem e do seu estado; do solo e do estado ambiental da bacia hidrográfica; das práticas e dos mecanismos sociais e culturais que possibilitam uma vivência saudável; e da utilização sustentável dos recursos por parte das comunidades na bacia hidrográfica.

### Práticas agrícolas sustentáveis e adequadas ao clima

Os exemplos de práticas incluem: eficiência hídrica; utilização de espécies locais e autóctones que são resistentes a secas e cheias; utilização mínima de fertilizantes sintéticos poluentes; práticas agroflorestais; práticas de conservação e proteção de abelhas e aves; e agricultura biológica.

### Intervenções destinadas a perigos específicos

Incluem: manter uma zona tampão de proteção e uma zona onde não será permitida nenhuma atividade de desenvolvimento; reconversão ou reabilitação de empreendimentos ou casas existentes em zonas susceptíveis a perigos para zonas mais seguras; e gestão, redirecionamento e desvio da água para conceber sumidouros ou lagos de retenção em zonas susceptíveis a cheias.

### Reconversão

Reconversão de infraestruturas existentes e terrenos e edifícios ocupados por pessoas para que sejam resilientes e à prova de vários riscos, em especial, aumento da intensidade das chuvas, deslizamentos de terras, cheias e tempestades. Tal pode ser alcançado através de ações como: aumento da capacidade dos canais de drenagem criando zonas tampões com vegetação; bacias de retenção para desviar as águas das cheias; estabilização dos solos em terrenos íngremes; e o reforço da estabilidade estrutural dos edifícios.

### Zonas seguras

Delinear ou identificar zonas ou áreas seguras que estão livres de perigos e riscos. Tal é especialmente relevante nas comunidades na linha da frente dos riscos. Estas zonas podem servir de espaço para o crescimento futuro dos membros da comunidade e das suas atividades.



### Abordagens ao longo de todo o ciclo de vida

Apoiar e facilitar as abordagens ao longo de todo o ciclo de vida, aquando da tomada de decisões e de opções sobre produtos, decisões de desenvolvimento e até tarefas diárias em todas as famílias. Muitas vezes, as comunidades mais marginalizadas e indígenas têm métodos originais e eficientes para gerir os recursos, vivendo em harmonia com a natureza e adaptando-se de forma inovadora às mudanças. Estas práticas devem ser identificadas e apoiadas.

### Iniciativas de empreendedorismo

Deve apoiar-se as iniciativas de apoio ao empreendedorismo no seio da comunidade, bem como a possibilidade de criar grupos de poupança e de crédito na aldeia ou cooperativas comunitárias.

### Partilha de dados locais

Importa partilhar os dados locais com as unidades do governo local e agências regionais e nacionais. Tal poderá contribuir para políticas positivas ou estimular atividades sustentáveis, resilientes e adequadas ao clima.

### Reforço das capacidades

Importa reforçar as capacidades dos membros da comunidade, investindo no desenvolvimento de recursos humanos. As comunidades devem ser capazes de gerir o seu próprio desenvolvimento através do processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e tomar medidas ou adotar práticas nas suas atividades quotidianas que aumentem a resiliência.

## 3. Coerência

Importa assegurar a [coerência](#) entre várias políticas, esquemas, planos, programas, intervenientes e decisores. Para tal, é necessário:

- Examinar planos de desenvolvimento, regulamentos e regras de zonas ambientais, planos de gestão de catástrofes; rever como estes se aplicam à comunidade e em que medida estão associados a políticas nacionais ou setoriais

- Empreender ações para reforçar a coerência horizontal entre planos que atendem a diferentes riscos ou setores, bem como a coerência vertical entre os planos locais e nacionais
- Assegurar que as ações selecionadas estão em consonância com os planos e políticas existentes a nível local e nacional

## 4. Planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

Trata-se de avaliar as necessidades para realizar etapas individuais do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e implementar ações e intervenções estratégicas sobre a resiliência, o desenvolvimento sustentável, a mitigação e a adaptação aos riscos.

As necessidades incluem:

- Apoio financeiro para implementar as ações ou intervenções estratégicas propostas
- Recursos humanos para implementar as ações



- Apoio institucional, por exemplo, de unidades do governo local, outras agências do governo (agências específicas de um setor, a nível nacional, regional ou local)

### 5. Financiamento

Trata-se de identificar fundos oriundos de vários modos de financiamento para implementar as ações e intervenções estratégicas propostas.

- Apresentar a agenda comunitária e as estratégias, ações e intervenções propostas a outras partes interessadas com poder de decisão (sobretudo, departamentos públicos, unidades do governo local, agências e instituições técnicas e organizações do setor privado)
- Os representantes eleitos localmente ou os representantes do governo local desempenham um papel essencial, apoiando as organizações da sociedade civil (OSC) e os membros da comunidade a acederem aos fundos necessários e ao solicitarem diretamente ao governo a implementação das ações e intervenções estratégicas propostas
- As unidades do governo local e os representantes eleitos podem servir de ponte para aceder a planos financiados pelo governo que estão alinhados com a agenda da comunidade para o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, resiliente e sustentável; seria muito útil interagir com os representantes eleitos e os titulares de cargos públicos
- Relativamente a fundos não governamentais, as OSC podem explorar fundos associados à responsabilidade social empresarial ou fundos de empresas locais que poderão beneficiar, direta ou indiretamente, do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos na localidade e na região; para tal, as organizações e as comunidades têm de apresentar modelos inovadores para atrair as empresas locais
- Explorar fundos in-situ gerados através de cooperativas locais e empresas sociais com base na organização económica dos membros da comunidade

### 6. Mecanismos de monitorização

Importa co-criar um mecanismo de monitorização para acompanhar os vetores de risco, as vulnerabilidades, os perigos e a resiliência, em parceria com o grupo de trabalho da comunidade:

- A conceção do mecanismo de monitorização tem de ser um processo colaborativo e envolver especialistas em monitorização, previsão e gestão de catástrofes; é necessário chegar a um acordo sobre quem é responsável pelas tarefas de monitorização, a frequência da monitorização e os recursos necessários para desenvolver um mecanismo de monitorização na comunidade
- Os dados em crowdsourcing são uma opção para monitorizar continuamente as condições das comunidades e os respetivos habitats; este método depende de aplicações móveis e websites de recolha de dados, que o público deverá utilizar para carregar os seus dados e observações



### Recursos adicionais

- [Plataforma de Evidências da NbS](#): Estudos de caso e evidências que demonstram a eficácia das soluções baseadas na natureza
- [Avaliação do impacto das soluções baseadas na natureza: um resumo para os decisores políticos](#) - este kit de ferramentas de referência ilustra várias soluções baseadas na natureza e a respetiva eficácia
- [Avaliação do impacto das soluções baseadas na natureza: um manual para técnicos](#)
- [Redução do risco de catástrofes baseada no ecossistema: implementação de soluções baseadas na natureza para a resiliência](#)
- [Gestão do risco e tomada de decisões em relação ao desenvolvimento sustentável](#), Capítulo 7 do Relatório de 2021 do IPCC
- [Oficina Internacional sobre Infraestruturas Resilientes a Catástrofes, 2018](#)

Os representantes eleitos localmente desempenham um papel essencial, apoiando as organizações da sociedade civil e os membros da comunidade a acederem aos fundos necessários.





7ª ETAPA

## Agir com as comunidades mais em risco



## Agir com as comunidades mais em risco

A sétima etapa do processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos recomenda os passos necessários para realizar as ações acordadas, utilizando os modos de ação mais viáveis e eficazes.

### Plano geral

Para tal, é essencial que as ações, as intervenções e as estratégias assentem na sustentabilidade, na resiliência e na adaptação.

Devem ser dados passos para identificar a abordagem mais viável e eficaz para cada ação, estratégia ou intervenção acordada. Também é necessário promover oportunidades de cooperação, parceria e colaboração com outras partes interessadas e decisores a fim de dar início à implementação das ações.

É ainda necessário mobilizar recursos humanos e fundos, estabelecer parcerias com outras partes interessadas e assegurar o alinhamento com os empreendedores locais.

### Objetivos

Agir com as comunidades mais em risco visa:

- Mobilizar os recursos humanos e as capacidades necessárias para implementar as ações (tanto dentro como fora da comunidade)
- Mobilizar fundos e mecanismos de financiamento [envolvendo os membros da comunidade](#) através de esquemas públicos e outras fontes externas
- Formalizar parcerias para ações a curto e longo prazo
- Formalizar organizações comunitárias informais, caso a comunidade concorde; tal é muitas vezes imprescindível para obter acesso a apoio financeiro
- Reforçar as capacidades dos membros da comunidade mais em risco em matéria de implementação, monitorização e gestão
- Apoiar os empreendedores locais a levarem a cabo determinadas ações ou intervenções estratégicas; isto pode incluir o apoio ao desenvolvimento de competências, ao reforço das capacidades e à obtenção de fundos



# Principais passos nesta etapa

Nesta etapa, o principal objetivo é determinar qual a abordagem mais apropriada a cada ação ou intervenção estratégica proposta, em consulta com especialistas urbanos, em ordenamento territorial ou em planejamento do desenvolvimento.

## 1. Modo de ação

Discutir e chegar a acordo sobre o modo certo para realizar as ações e estratégias acordadas.

É possível realizar e implementar as ações e intervenções estratégicas através de diversos modos.

Alguns dos modos recomendados são:

### Projetos piloto

Os projetos piloto podem demonstrar o valor de uma ação ou projeto específico, que pode ser replicado ou readaptado futuramente com base nos resultados da aprendizagem.

### Urbanismo tático

O [urbanismo tático](#) é uma «abordagem da cidade e conduzida pelos cidadãos para construir bairros utilizando intervenções de curto prazo, baixo custo e escaláveis destinadas a gerar a mudança a longo prazo».

### Intervenções sazonais

Tratam-se de intervenções de uma natureza dinâmica e não permanente, ou seja, a intervenção pode ser adequada para uma época específica do ano, para alguns dias por semana ou para determinadas horas do dia. Estas intervenções podem ser aplicadas com êxito em paisagens dinâmicas, como planícies aluviais de rios sazonais, espaços públicos, parques, ruas ou terrenos agrícolas.

### Financiamento público

Apresentar propostas a governos locais, regionais ou nacionais, quando a proposta está de acordo com os requisitos ou objetivos dos esquemas do governo em vários setores (por exemplo, agências ou departamentos relevantes em vários setores, como a educação, o abastecimento de água, a agricultura, etc.).

### Laboratórios de vida urbana

Iniciar laboratórios de vida urbana em colaboração com instituições técnicas que são particularmente adequadas para a mobilização urbana.

### Crianças e jovens

Mobilizar as crianças e os jovens para que levem a cabo exercícios de monitorização e documentação. Tal pode ser realizado por meio das escolas, grupos comunitários e eventos. As crianças sensibilizadas e motivadas podem apresentar excelentes ideias.

### Inovação

Inovação mediante a qual estratégias/ações ou intervenções propostas e viáveis são sugeridas aos especialistas técnicos para que possam trabalhar ideias inovadoras em conjunto com as comunidades mais em risco.



### 2. Plano de ação

O grupo de trabalho deve formular um plano de implementação ou ação para acompanhar e operacionalizar as várias ações acordadas. Este plano deve descrever as funções e responsabilidades associadas à execução do plano, bem como prazos e orçamentos bem definidos para cada ação. Recomenda-se que se comece com ações que podem mostrar resultados imediatos e evidentes – esta abordagem irá ajudar a criar uma dinâmica.

### 3. Envolvimento com as partes interessadas

Apresentar as perspectivas das comunidades locais aos níveis superiores do governo (por exemplo, autoridades municipais, regionais, estatais ou nacionais) e outras partes interessadas (por exemplo, empresas privadas, instituições e organizações locais).

Nas comunicações com os departamentos públicos, importa assegurar que os membros da comunidade estão diretamente representados. Deve partilhar-se o processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos liderado pela comunidade, juntamente com as conclusões e as ações previstas para procurar cooperação, financiamento ou feedback em relação às políticas existentes. O [kit de ferramentas de advocacy](#) da GNDR descreve os métodos para alcançar isto.

## Recursos adicionais

- [GEF SGP Project Proposal Template and Guidelines](#) [Modelo e Diretrizes para Proposta de Projeto SGP do GEF] do Fundo Mundial para o Ambiente e do PNUD
- [Gestão de projetos para promotores da mudança](#)
- [Urban Ecosystem Design Lab](#)
- [Ferramentas para o planeamento de projetos em matéria de desenvolvimento comunitário](#) da Grassroots Collective
- Sítio Web [ParCitypatory](#)



**BARBRA BIRABWA**

## Uganda

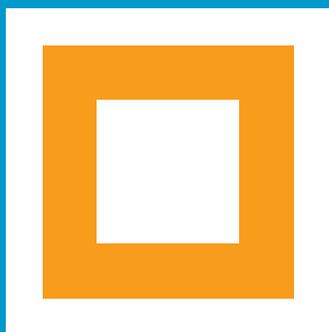
«A água da chuva entra nas nossas casas e não tenho solução para este problema.

Há pouco tempo as águas das cheias entraram em minha casa e cobriram o meu filho. Quase que o perdi.»



Fotografia: Jjumba Martin/GNDR





**8ª ETAPA**

## **Prestar contas às comunidades mais em risco e aprender com as mesmas**



## Prestar contas às comunidades mais em risco e aprender com as mesmas

Ao favorecer e desenvolver a capacidade das comunidades para gerirem os resultados das ações, estratégias e intervenções acordadas para o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, assegura-se uma maior resiliência tendo em vista um futuro mais sustentável. Tal é especialmente verdade porque os riscos e os fatores do desenvolvimento são dinâmicos e estão em constante evolução.

### Plano geral

Para tal, as comunidades mais em risco têm de responsabilizar os responsáveis e outras partes interessadas pela perpetração da negação dos direitos.

Tal permite-lhes realizar os seus direitos e fazer justiça em relação a quaisquer direitos anteriormente negados.

Ao responsabilizar as outras partes interessadas no processo de planeamento, garante-se que estas apoiam as comunidades ao nível da atualização, adaptação e implementação dos seus planos. Nesta etapa, a partilha de conhecimentos também é vital.

### Objetivos

Os objetivos desta etapa de prestação de contas e aprendizagem são:

- Assegurar que as ações e as intervenções produziram a mudança positiva ou os ganhos de desenvolvimento esperados; rever a eficácia das mesmas e ver como podem ser alteradas ou reforçadas
- Monitorizar os riscos e os vetores de risco, acompanhando os novos dados e conhecimentos que podem influenciar o desenvolvimento e os riscos para a comunidade e a localidade
- Assegurar que as partes interessadas e os decisores são responsabilizados pelos seus deveres e que há um diálogo aberto sobre isso
- Continuar a aprender através do processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e da monitorização dos riscos, vetores de risco e desenvolvimento



# Principais passos nesta etapa

## 1. Chegar a acordo sobre as responsabilidades

Juntamente com o comité de liderança do planeamento e o grupo de trabalho comunitário, discutir e chegar a acordo sobre as responsabilidades dos líderes e membros comunitários a fim de participarem, de forma colaborativa, em atividades de prestação de contas e aprendizagem durante a implementação das ações, estratégias e intervenções.

## 2. Identificar as partes interessadas responsáveis

Identificar os decisores e as partes interessadas responsáveis (pessoas, instituições, agências e departamentos governamentais, unidades do governo local, etc.) dentro e fora da comunidade que devem estar envolvidas.

## 3. Auditorias sociais

Reforçar a capacidade das comunidades mais em risco para que consigam realizar auditorias sociais a fim de conhecerem a eficácia e o sucesso das ações.

### Mobilização e liderança comunitária

Consultar os 11 fatores de sucesso para a gestão do risco de catástrofes baseada no conhecimento dos riscos no [Livro de Cozinha de CBDRM](#) para examinar a eficácia do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, especialmente as características relativas à sustentabilidade e à institucionalização.

### Coerência

Consultar os 19 ingredientes principais para uma coerência bem-sucedida no [Livro de Cozinha de Coerência](#) a fim de avaliar o processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e os seus resultados em relação a outros setores ou agendas locais, regionais, nacionais e globais sobre o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos, resiliente e sustentável.

## 4. Rever as ações

Rever as ações em curso conforme acordado na sétima etapa. Isto inclui:

- Monitorizar as metas mensais e anuais e o calendário de atividades para cada projeto ou intervenção estratégica proposta, conforme definido pelas comunidades mais em risco
- Conceber um método para ultrapassar os obstáculos que possam surgir e facilitar o feedback inclusivo
- Criar um grupo de trabalho comunitário em matéria de prestação de contas e aprendizagem, que possa monitorizar esta etapa – o grupo deve ser equilibrado em termos de género e representar a comunidade mais em risco.
- Apoiar o reforço das capacidades conforme necessário



## Recursos adicionais

- [Auditoria social](#)
- [Grupos de Literacia Económica e Responsabilidade Orçamental](#)
- [Gráficos Gantt](#): uma representação visual que proporciona uma visão geral do estado de um projeto; descreve todas as atividades envolvidas num projeto, bem como o seu calendário de implementação





9ª ETAPA

# Repetir e reforçar



## Repetir e reforçar

A nona etapa implica a repetição e o reforço das etapas anteriores do processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

### Plano geral

O desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos não é um processo extemporâneo. Tudo dentro e fora da comunidade é dinâmico e está em constante evolução, incluindo mudanças socio-económicas, socio-culturais, ambientais ou populacionais.

É fundamental refletirmos sobre como visitar as etapas do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos para integrar desafios novos e dinâmicos que possam surgir ao longo do tempo e para alargar o trabalho à medida que mais pessoas participam no processo e se dá resposta a riscos mais complexos.

### Como concretizar esta etapa

É necessário visitar as etapas anteriores para responder a fatores imprevistos, vetores de risco (novos ou previamente existentes) e vetores de desenvolvimento.

O valor do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos reside no facto de nos permitir acrescentar novas ideias ou esclarecer melhor o processo, de uma forma sistemática, sem perder o espírito e o objetivo de cada etapa.

Se necessário, regressem a uma etapa anterior em vez de tentarem completar todas as etapas – se faltar alguma coisa ou se puder ser acrescentada alguma coisa – tendo em vista a melhoria do processo como um todo. O sucesso do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos depende da sua capacidade de adaptação.



### Perguntas principais

Depois de concluídas as oito etapas, as comunidades mais em risco deverão compreender melhor:

- A margem para elas próprias promoverem o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
- O poder para tomarem ou influenciarem as decisões
- A capacidade de participarem ativamente nas decisões sobre o seu futuro

- O que é que alcançámos? O que é que não alcançámos ou podemos melhorar? O que é que aprendemos? Há algo de novo a acrescentar?
- Quais são os próximos passos? Quando devemos visitar uma ou várias etapas?
- Quais as conclusões do processo de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e liderado pela comunidade que podem servir de base a políticas, planos e regulamentos a nível nacional ou regional?
- Qual é o valor acrescentado do processo de desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos? Como podemos capitalizar este valor?
- As comunidades mais em risco estão mais cientes dos seus direitos? Estão mais empoderadas? Estão cientes do seu papel no que toca as decisões sobre o seu futuro e sobre o desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos na sua comunidade? Que mais se pode fazer?

**O valor do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos reside no facto de nos permitir acrescentar novas ideias ou esclarecer melhor o processo.**





**FERRAMENTA 1**

# Modelo da visão para os objetivos



## Modelo da visão para os objetivos

Este modelo pode ser utilizado para traduzir a sua visão em objetivos no âmbito de um exercício participativo. Pode ser preenchido individualmente e, depois, no contexto de um grupo de discussão.

Os membros da comunidade envolvidos devem comparar os resultados dos diferentes grupos de discussão no sentido de se chegar a um acordo sobre objetivos comuns e avançar para as outras etapas do processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

Os objetivos de curto prazo devem abranger os próximos meses e o ano em causa, incluindo coisas que exigem atenção imediata, por exemplo, aspirações, necessidades ou preocupações.

Os objetivos de longo prazo devem abranger os próximos 1-2 anos ou um horizonte temporal maior em função da resposta da comunidade.

Encontra-se disponível para transferência no sítio Web da GNDR uma versão editável em Word deste modelo.

[➔ TRANSFERIR MODELO](#)

	Objetivos a curto prazo	Objetivos a longo prazo
O que posso fazer para concretizar esta visão ou aspiração?	<ol style="list-style-type: none"><li>1.</li><li>2.</li><li>3.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1.</li><li>2.</li><li>3.</li></ol>
O que podemos fazer enquanto comunidade para concretizar esta visão ou aspiração?	<ol style="list-style-type: none"><li>1.</li><li>2.</li><li>3.</li></ol>	<ol style="list-style-type: none"><li>1.</li><li>2.</li><li>3.</li></ol>





## FERRAMENTA 2

# Lista de controlo sobre que dados recolher e como registar os mesmos



# Lista de controlo sobre que dados recolher e como registar os mesmos

Este modelo ilustrativo pode ser utilizado para orientar a recolha de dados na segunda etapa. Captem toda a informação da lista de controlo de dados em mapas, exceto a informação textual.

### Fontes de dados

- SS: Fonte aberta secundária
- PS: Fonte primária (observações da comunidade, mapeamento e documentação fotográfica)
- HI: Entrevistas às famílias
- FGI: Entrevistas em grupos de discussão

### Versão Word

Encontra-se disponível para transferência no sítio Web da GNDR uma versão editável em Word deste modelo.

➔ [TRANSFERIR MODELO](#)



## FERRAMENTA 2

Lista de controlo de dados	Fontes de dados	Quem é o responsável?	Como são recolhidos os dados?	Qual é o prazo?	Onde são guardados?
<p><b>1. Geografia e localização</b></p> <p>1.1 Onde é que a comunidade/aldeia está localizada em relação à zona circundante? Localizar o bairro ou a aldeia no mapa, marcar aproximadamente a distância em relação aos pontos de referência circundantes (como uma estrada, canal importante ou outras características do terreno) e a outras aldeias, bairros e cidades. Se o bairro se encontrar dentro de uma grande cidade, usar um mapa da cidade para marcar a localização do bairro no mesmo.</p> <p>1.2 Quais são as principais características do terreno, pontos de referência no bairro e à volta do mesmo? Identificar e localizar os seguintes elementos no mapa da aldeia: colinas, vales, montanhas, praias, cursos de água, rios, lagos, zonas húmidas, florestas, prados, pastagens, pomares, nascentes, géiseres ou outros elementos similares.</p>	<p>SS + PS</p> <p>SS + PS</p>				
<p><b>2. Pessoas, cultura e património</b></p> <p>2.1 Dados demográficos: população total da aldeia ou bairro e tipo de meios de subsistência dos membros da comunidade.</p> <p>2.2 Quais são e onde estão na sua localidade as zonas históricas de valor patrimonial e cultural para a comunidade, a região ou o país?</p>	<p>SS + HI</p> <p>PS</p>				



## FERRAMENTA 2

Lista de controlo de dados	Fontes de dados	Quem é o responsável?	Como são recolhidos os dados?	Qual é o prazo?	Onde são guardados?
<p><b>3. Atividades económicas e segurança financeira</b></p> <p>3.1 Quais são as principais atividades económicas dos membros da comunidade? Quais destas unidades e empresas económicas e geradoras de emprego são detidas pela comunidade local?</p> <p>3.2 Os membros da comunidade têm segurança financeira durante o emprego? Deparam-se com a perda dos meios de subsistência? As mulheres, os idosos ou os órfãos da comunidade têm mecanismos de segurança financeira e proteção? Em caso afirmativo, quais?</p>	<p>HI</p> <p>HI</p>				
<p><b>4. Ambiente, ecologia e recursos naturais</b></p> <p>4.1 Quais são os problemas ambientais e onde é que estes se verificam na sua comunidade? (por exemplo, poluição do ar, poluição da água, degradação de massas de água, má eliminação de resíduos, perda de biodiversidade, e perda ou desaparecimento de floresta e espaços verdes.) Se possível, também podem ser realizados testes simples à qualidade da água durante os inquéritos à comunidade.</p> <p>4.2 Quais são os principais recursos naturais dentro da sua comunidade ou bairro ou à volta dos mesmos (por exemplo, árvores, florestas, rios, lagos, zonas húmidas, pesca, nascentes, solos férteis, etc.)?</p>	<p>PS + SS + FGI*</p> <p>PS + SS + FGI</p>				

\* Com ecologistas, organizações ambientais ou institutos técnicos locais, etc.





## FERRAMENTA 2

Lista de controlo de dados	Fontes de dados	Quem é o responsável?	Como são recolhidos os dados?	Qual é o prazo?	Onde são guardados?
<p><b>7. Habitação e segurança da habitação</b></p> <p>7.1 Como são construídas as estruturas, sobretudo as casas? Qual é a densidade ocupacional de cada agregado familiar? Qual é a distância entre cada casa?</p> <p>7.2 Existem pessoas sem abrigo na comunidade? Por que motivo existem pessoas sem abrigo e estas têm acesso a centros de abrigo na comunidade ou aldeia?</p> <p>7.3 Qual é a segurança das estruturas construídas? Quantos edifícios e casas não são seguras em termos de segurança estrutural, condições sanitárias, etc.? Que estruturas requerem trabalhos de reparação e manutenção?</p>	<p>PS + SS</p> <p>FGI* + SS</p> <p>HI**</p>				
<p><b>8. Acessibilidade e condições das infraestruturas, serviços e transportes</b></p> <p>8.1 Acessibilidade das famílias a serviços básicos, fontes de água, transportes públicos, casas de banho públicas, eletricidade e fontes de energia: localizar estes serviços públicos no mapa.</p> <p>8.2 Estado dos serviços básicos, fontes de água, transportes públicos, casas de banho públicas, eletricidade e fontes de energia, etc.</p>	<p>PS + HI</p> <p>PS + HI</p>				

\* Com unidades do governo local.

\*\*Incluindo mapeamento e localização das estruturas perigosas.



## FERRAMENTA 2

Lista de controlo de dados	Fontes de dados	Quem é o responsável?	Como são recolhidos os dados?	Qual é o prazo?	Onde são guardados?
<p><b>9. Perigos e zonas suscetíveis a perigos (incluir dados previstos ou projetados e dados históricos)</b></p> <p>9.1 Consoante a localização geográfica, recolher informações sobre perigos e zonas suscetíveis a perigos na localidade e região.</p> <p>9.2 Recolher dados espaciais e mapas sobre zonas suscetíveis a perigos específicos (esta informação pode ser captada a partir de várias fontes secundárias).</p> <p>9.3 Recolher informações e conhecimentos locais sobre episódios e perigos históricos no passado e como as comunidades se adaptaram a estes episódios.</p>	<p>SS</p> <p>SS + PS</p> <p>PS + FGI</p>				
<p><b>10. Instituições e organizações</b></p> <p>10.1 Fazer uma lista de todas as instituições, organizações e agências relevantes a nível local e regional (por exemplo, públicas, privadas, governamentais, não governamentais, formais e informais em vários setores, incluindo educação, agricultura, infraestruturas, ambiente, etc.) juntamente com informação básica sobre a respetiva área de atividade. Esta informação é útil para identificar os intervenientes adequados nas várias etapas do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.</p>	<p>PS + SS</p>				





**FERRAMENTA 3**

# **Análise contextual da suscetibilidade geofísica a perigos**



## Análise contextual da suscetibilidade geofísica a perigos

Utilizem esta ferramenta para verificar se as comunidades pertinentes vivem em contextos ou condições suscetíveis a vários perigos.

### Plano geral

Determinadas condições e contextos podem originar perigos específicos. Procurem estas condições para determinar se a comunidade pertinente é suscetível aos perigos que correspondem a estas condições.

São apresentadas duas tabelas:

- A Tabela 1 apresenta os perigos naturais ou despoletados pelas alterações climáticas
- A Tabela 2 apresenta os perigos causados pela ação humana

A lista de perigos é ilustrativa e não é exaustiva.

Os determinantes geográficos da suscetibilidade aos perigos podem ser mapeados ou localizados tendo como referência o aglomerado populacional.

Os indicadores locais de suscetibilidade aos perigos podem estar relacionados com as pessoas, o local, os fatores físicos e os sistemas.

### Versão Word

Encontra-se disponível para transferência no sítio Web da GNDR uma versão editável em Word deste modelo.

[→ TRANSFERIR MODELO](#)



**Tabela 1: Perigos naturais ou despoletados pelas alterações climáticas**

Perigo	Determinantes geográficos da suscetibilidade a perigos	Indicadores locais da suscetibilidade a perigos
Sismos e/ou tremores de terra	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Presença de falhas sísmicas na localidade e na região à volta da comunidade, aldeia ou cidade</li> <li>• Existem barragens ou atividades de explosão de minas em zonas com um historial de terremotos e atividades sísmicas?</li> <li>• Presença de crateras vulcânicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instabilidade dos solos (erosões frequentes, terras áridas)</li> <li>• Edifícios e construções que não são adequadas ou resistentes a atividade sísmica</li> <li>• Inexistência/maus sistemas de alerta precoce</li> </ul>
Deslizamentos de terras	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paisagens montanhosas e regiões com vales</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Terras áridas, paisagens agrícolas em pousio, solos com uma grande capacidade de retenção de água e solos pouco profundos</li> </ul>
Inundações (inundações fluviais)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunidades que vivem próximo de um rio grande e sistemas hidrográficos, especialmente em planícies aluviais</li> <li>• Comunidades que vivem próximo de rios com uma crescente tendência de pluviosidade (duração e intensidade das chuvas) na sua bacia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regiões em vales e zonas de drenagem de rios</li> </ul>



## FERRAMENTA 3

Perigo	Determinantes geográficos da suscetibilidade a perigos	Indicadores locais da suscetibilidade a perigos
Inundações (urbanas)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zonas históricas antigas na cidade (porque normalmente situam-se em zonas de baixa altitude à medida que a cidade se expande à sua volta e também porque estas zonas possuem sistemas de drenagem mais antigos e degradados)</li> <li>• Zonas de desenvolvimento orgânico (não planeado) dentro da cidade</li> <li>• Zonas suburbanas (zonas que ficam nas extremidades das zonas administrativas da cidade)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zonas próximas de canais e sistemas de drenagem da água da chuva ou rios e riachos</li> <li>• Zonas com sistemas de drenagem e esgotos mais antigos e zonas que não têm sistemas de drenagem</li> <li>• Zonas próximas de paisagens poluídas e esgotos que estão entupidos com resíduos sólidos</li> </ul>
Erupções vulcânicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paisagens com histórico de erupções vulcânicas e atividades vulcânicas (consultar os dados históricos na biblioteca de dados)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Zonas próximas de fissuras ativas ou adormecidas</li> <li>• Zonas de vale em paisagens vulcânicas</li> </ul>
Ciclones e tsunamis	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regiões costeiras e insulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Faixas costeiras que não têm mangais ou recifes de coral</li> <li>• Faixas costeiras com deltas estreitos</li> <li>• Inexistência/maus sistemas de alerta precoce ou modelos de previsões</li> </ul>
Incêndios florestais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Regiões com florestas decíduas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paisagens decíduas com elevada atividade de relâmpagos e trovoadas</li> </ul>



## FERRAMENTA 3

Perigo	Determinantes geográficos da suscetibilidade a perigos	Indicadores locais da suscetibilidade a perigos
Ondas de calor	<ul style="list-style-type: none"><li>• Maior frequência de temperaturas máximas diárias extremas</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Áreas com efeitos de «ilha de calor» urbana</li><li>• Áreas com escassa cobertura florestal</li></ul>
Secas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Desertos, regiões com pouca pluviosidade e elevada evapotranspiração</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Paisagens áridas</li><li>• Zonas com massas de água sazonais</li></ul>
Chuvas torrenciais	<ul style="list-style-type: none"><li>• Paisagens montanhosas e regiões com vales abaixo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Zonas próximas de rios</li></ul>
Erupção glacial	<ul style="list-style-type: none"><li>• Paisagens montanhosas e regiões com vales abaixo</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Tendência observada de maiores temperaturas diárias em altas altitudes</li><li>• Atividades de detonação e mineração perto de glaciares</li></ul>
Enxames de insetos em terras agrícolas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Global e especialmente associado às alterações climáticas nas regiões</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Grandes enxames de insetos que migram entre regiões (as terras agrícolas são as que estão mais em risco e são mais suscetíveis)</li></ul>



**Tabela 2: Perigos causados pela ação humana**

Perigo	Indicadores locais da suscetibilidade a perigos
Crises sanitárias relacionadas com uma doença infecciosa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde precária e população faminta</li> <li>• Ausência de centros de saúde primária robustos e de uma rede de instalações médicas de alto nível</li> </ul>
Incêndios e explosões	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indústrias químicas e de fogos de artifício não reguladas e inseguras</li> <li>• Conduitas de gás ou redes elétricas não reguladas, inseguras ou objeto de má manutenção</li> </ul>
Perigos industriais (envenenamento/poluição do ar)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indústrias perigosas ou centrais nucleares próximas de aglomerados humanos</li> </ul>
Perigos industriais (envenenamento/poluição da água, radiação)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Indústrias perigosas ou aterros sanitários não científicos próximos de massas de águas ou regiões com um lençol freático elevado</li> </ul>
Perigos industriais (poluição dos solos/terra)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cinturões agrícolas com uma elevada utilização de fertilizantes ou pesticidas</li> <li>• Aterros sanitários não baseados na ciência e lixeiras</li> </ul>
Rotura de barragens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Atividades de detonação e mineração perto de barragens</li> <li>• Barragens situadas perto de linhas sísmicas e em regiões suscetíveis a sismos</li> <li>• Elevadas taxas de erosão na bacia hidrográfica da barragem</li> </ul>





#### FERRAMENTA 4

## Exercício de mapeamento das relações



## Exercício de mapeamento das relações

O mapeamento das relações é um exercício colaborativo no âmbito do qual os membros da comunidade começam a pensar/refletir em termos de relações entre pessoas, locais e sistemas.

### Plano geral

Este exercício pode educar as comunidades sobre a complexidade, as interdependências e as relações entre pessoas, sítios/terras e sistemas (naturais e artificiais), desde que seja conduzido num formato participativo.

A organização da sociedade civil pode trazer especialistas (ou profissionais na comunidade) com experiência nas áreas de planeamento do desenvolvimento, riscos, catástrofes, socio-economia ou ambiente, para atuarem na qualidade de observadores ou consultores neste exercício.

Em seguida, é descrito um exercício de mapeamento das relações com o objetivo de compreender os fatores associados aos perigos e vetores de risco, bem como os respetivos impactos.

Este exercício pode ser conduzido numa oficina ou num pequeno grupo.

### Preparação

Antes de iniciar este exercício, deve:

1. Apresentar e explicar as conclusões da oficina sobre a criação da visão
2. Apresentar o trabalho realizado até ao momento nas etapas dois, três e quatro do planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos
3. Explicar o conceito do mapeamento das relações e a sua finalidade aos membros da comunidade participantes



## FERRAMENTA 4

### Como realizar o exercício de mapeamento das relações

1. Dividir aleatoriamente os participantes em grupos
2. Fazer uma lista de todos os perigos e vetores de risco que a comunidade enfrenta (perguntar aos participantes e tomar nota dos mesmos no quadro; o facilitador pode acrescentar outras ameaças ou perigos que não sejam referidos, mas sejam relevantes para a comunidade ou região)
3. Atribuir um ou dois perigos/vetores de risco a cada grupo
4. Partilhar um conjunto de quatro cartões com cada grupo intitulados: Pessoas, Local, Recursos e Infraestruturas/Sistemas para cada perigo/vetor de risco; utilizar um conjunto de cartões de uma cor para cada perigo/vetor de risco (cada perigo ou vetor de risco discutido terá uma cor predefinida)
5. A questão para reflexão é: Quais são os impactos e/ou consequências dos perigos e dos vetores de risco nas pessoas, sítio/recursos e infraestruturas/sistemas? (Esta questão tem de ser debatida para cada um dos perigos ou vetores de risco atribuídos a cada grupo)
6. Peça a cada grupo para refletir e escrever as respostas à questão no verso do cartão
7. Num quadro grande ou no chão da sala, escreva todos os perigos e vetores de risco discutidos e coloque todos os cartões à volta de cada um dos perigos e vetores de risco que foram tidos em conta
8. Peça a todos os participantes para verem todos os cartões à volta de cada vetor de risco
9. Peça a alguns participantes para reordenarem todos os cartões com base nos títulos:
  - Agrupe os cartões sobre as pessoas afetadas de acordo com todos os perigos/vetores de risco listados
  - Agrupe os cartões sobre os locais/áreas/regiões e recursos afetados de acordo com os vários perigos/vetores de risco. Pegue num mapa grande (A1 ou A0) da aldeia/bairro e mapeie/pinte a área afetada no mesmo. Use lápis de cores atribuídos a cada perigo para desenhar/colorir as áreas de impacto
- Agrupe os cartões sobre as infraestruturas afetadas de acordo com os perigos/vetores de risco
- Agrupe todos os cartões sobre os sistemas (sistemas sociais/económicos/culturais/democráticos, etc.) afetados de acordo com os perigos/vetores de risco

10. Exponha este agrupamento no chão ou na parede para todas as pessoas verem e debaterem
11. Conclua e capte os resultados do exercício de grupo

### Recursos adicionais

- [Relationship mapping](#) [Mapeamento das Relações] da CIToolkit





## FERRAMENTA 5

# Perguntas de reflexão para avaliar a resiliência das pessoas, dos locais e dos sistemas



## Perguntas de reflexão para avaliar a resiliência das pessoas, dos locais e dos sistemas

Esta lista de controlo de perguntas pode ser utilizada durante a terceira etapa do processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos. Pode ser utilizada conjuntamente com o exercício de mapeamento das relações.

### Comunidades

- As pessoas podem aceder a informações sobre perigos específicos aos quais os habitats estão vulneráveis?
- Estão cientes das medidas de segurança individual que devem adotar em relação a cada tipo de perigo?
- Estão cientes da segurança que as habitações e estruturas devem ter face ao perigo existente?
- Sabem se as suas casas estão localizadas em zonas perigosas?

### Segurança financeira

Considerar a segurança financeira de:

- Famílias através da segurança do emprego ou dos meios de subsistência
- Famílias através de esquemas de segurança social
- Indústrias micro e pequenas através de esquemas e mecanismos de apoio

### Grupos específicos e pessoas

- As organizações comunitárias, os governos locais ou outros decisores atendem às necessidades especiais dos grupos vulneráveis (por exemplo, pessoas com deficiência, marginalizadas economicamente, marginalizadas socialmente, idosos, mulheres e crianças, sobretudo órfãs)?
- Existem diretivas especiais para aumentar a resiliência destes grupos especiais?
- Existem planos formais de desenvolvimento sensíveis às necessidades especiais de grupos marginalizados e vulneráveis?



### Saúde do ambiente natural

- Os ambientes naturais dentro e à volta da comunidade estão poluídos, fragmentados ou degradados? Estão quase em estado puro?
- A urbanização, a agricultura e o imobiliário provocam a conversão das paisagens naturais?
- As comunidades beneficiam dos recursos naturais da zona? Os meios de subsistência que dependem destes recursos naturais estão seguros?

### Governo local

- As unidades do governo local apoiam as comunidades através de mecanismos de resposta, reabilitação, recuperação e reconstrução?

### Planos de desenvolvimento local

Os planos de desenvolvimento local e as entidades do governo local:

- Identificam as zonas locais vulneráveis e suscetíveis a perigos na localidade?
- Adotam medidas de mitigação para fazer face a esses riscos físicos?
- Investem e apoiam a criação de mecanismos para reforçar as respostas locais a emergências?
- Avaliam a vulnerabilidade do local, das pessoas e dos sistemas e propõem medidas de mitigação e readaptação a novos riscos?
- Dispõem de planos de contingência que são avaliados e revistos regularmente para ter em conta a evolução dos riscos?

### Prestação de contas

- Transparência e acessibilidade a informações sobre a despesa pública e a utilização de fundos públicos

### Apoio financeiro

- As unidades governamentais locais ou os governos nacionais disponibilizam esquemas de apoio financeiro ou de subsistência aos grupos e às comunidades marginalizadas?

### Infraestruturas

- O governo disponibiliza infraestruturas básicas (por exemplo, rede de abastecimento de água, esgotos e drenagem, especialmente nas cidades; acesso a serviços comunitários)?





## FERRAMENTA 6

# Opções de análise do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos



## Opções de análise do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos

Esta ferramenta pode ser utilizada durante a quarta etapa do processo de planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

### **Avaliação de impacto do desenvolvimento**

Uma avaliação de impacto do desenvolvimento abrange os impactos ambientais, sociais e económicos.

Examina especificamente os impactos das atividades de desenvolvimento (por exemplo, mega projetos e transformação dos solos através da urbanização).

A construção de barragens, minas, detonações, auto-estradas e redes de transporte são exemplos de mega projetos que podem causar consideráveis – e muitas vezes irreversíveis – danos ambientais, sociais e económicos nas comunidades e nas paisagens.

Realizem uma avaliação de impacto ambiental, social e económico para a zona tendo em conta todas as intervenções de desenvolvimento possíveis, incluindo mega projetos.

Caso já existam estudos de avaliação de impacto relacionados com um projeto específico, as organizações da sociedade civil

podem apoiar os membros da comunidade ao partilharem as conclusões destes estudos, com o objetivo de avaliar a relevância dos mesmos para a comunidade.

Levem a cabo um exercício para sensibilizar os membros da comunidade para o impacto geral do desenvolvimento, os vetores de risco e fatores de risco associados a vários perigos físicos e não físicos.

Colaborem com especialistas locais (por exemplo, especialistas em AIA e AIS e consultores ambientais) e autoridades de desenvolvimento (por exemplo, organismos do governo local).

### **Análise de sobreposições**

Uma análise de sobreposições pode ajudar a identificar áreas com vários perigos. É possível mapear as relações espaciais através do processo de sobreposição espacial. A sobreposição espacial realiza-se juntando e vendo juntamente conjuntos de dados espaciais separados (ou mapas) que partilhem a totalidade ou parte da mesma área.



## FERRAMENTA 6

Os mapas de perigos individuais do bairro, impressos ou em acetatos, podem ser colocados uns sobre os outros para delinear e identificar áreas com vários perigos (sobreposição de perigos). O [método de sobreposição gráfica](#) é a análise de sobreposições mais viável para trabalhar em conjunto com os membros da comunidade.

### Análise da adequabilidade dos solos

Este tipo de análise espacial pode ajudar a identificar solos que são mais adequados para vários tipos de atividades.

Pode ser obtida inferindo as terras vulneráveis, as zonas suscetíveis a perigos e paisagens ambientalmente importantes ou ecologicamente sensíveis a partir do mapa maior da zona.

Outro exemplo de análise diz respeito à adequabilidade dos terrenos para a agricultura, que tem de ser obtida com base no mapa espacial de fertilidade dos solos que mostra a disponibilidade de água para irrigação.

O mais importante aqui é identificar todos os fatores físicos e não físicos relevantes que determinam a adequabilidade do terreno para uma atividade específica.

### Degradação e fragmentação de infraestruturas de resiliência

Cobre sistemas naturais como, por exemplo, sistemas de drenagem, sistemas de zonas húmidas e redes verdes.

As principais infraestruturas de resiliência são os sistemas de paisagens naturais, dado que têm uma capacidade de adaptação intrínseca porque contam com mecanismos de autorregulação integrados nos seus sistemas.

Os mangais são uma importante infraestrutura de resiliência contra as inundações costeiras e forças das marés. As vias e as redes de drenagem naturais são essenciais para evitar as cheias e os alagamentos, uma vez que são o resultado do terreno.

As florestas e as zonas húmidas são sumidouros naturais e todos prestam serviços ecossistémicos que são fundamentais em matéria de resiliência. A integridade estrutural é essencial para o bom funcionamento destes sistemas. A fragmentação destas redes (por via de atividades de construção, estradas, etc.) prejudica o desempenho destes sistemas de resiliência natural.

O método mais eficaz é a realização de um exercício no terreno com membros da comunidade a fim de identificar fisicamente estes elementos, aproveitando os conhecimentos locais e históricos da comunidade sobre como estas paisagens e sistemas naturais evoluíram ao longo do tempo.

As conclusões acima podem ser documentadas em mapas. Se estiverem disponíveis mapas básicos, uma simples análise de sobreposições entre um mapa de edifícios e atividades de desenvolvimento e um mapa histórico das redes de paisagem natural e cursos de água naturais (massas de água e drenagem), pode ajudar a identificar pontos e áreas onde os sistemas naturais foram destruídos ou fragmentados.



### Técnica do raio de influência

A poluição é outra importante causa de degradação e da fraca resiliência das infraestruturas. É possível avaliar as zonas de degradação devido à poluição e outros fatores utilizando o método do raio de influência.

Para tal, é necessário localizar as fontes de poluição em relação aos sistemas/redes de infraestruturas de resiliência (paisagens naturais). Se as fontes de poluição estiverem próximas destes sistemas de resiliência natural, então são suscetíveis a degradação. Ambas as avaliações podem ser realizadas como um exercício de grupo envolvendo os membros da comunidade.

### Capacidade de carga

É possível calcular a capacidade de carga de uma determinada área tendo em conta um recurso disponível e a procura do mesmo. Se a disponibilidade do recurso natural numa determinada área for inferior à procura/necessidade, aumenta a dependência de recursos fora da área, superando assim a capacidade de carga natural da área.

Esta avaliação pode ajudar a tomar decisões de política informadas sobre assuntos, como o fornecimento de recursos ou até a utilização de recursos locais subutilizados.

### Indicadores de emissões elevadas e práticas insustentáveis

A dependência de veículos privados devido à inacessibilidade dos transportes públicos, a má acessibilidade a pé, a elevada dependência de produtos não locais, o cultivo de espécies exóticas, a agricultura intensiva e o desaparecimento da biodiversidade local são indicadores evidentes de práticas insustentáveis.

Estes indicadores podem ser utilizados para examinar as práticas sustentáveis e insustentáveis ao nível das famílias, comunidade ou cidade.

É crucial que as comunidades estejam cientes destes indicadores para assegurar a prestação de contas de e junto de todas as partes interessadas relevantes.

É útil que as comunidades façam uma reflexão e elaborem uma lista destes indicadores com base no seu estilo de vida e nas condições locais. Tal irá ajudá-las a mudar e aprimorar as suas próprias práticas inovadoras e sustentáveis.

**Estes indicadores podem ser utilizados para examinar as práticas sustentáveis e insustentáveis ao nível das famílias, comunidade ou cidade.**





FERRAMENTA 7

# Análise SWOT



## Análise SWOT

A análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças (SWOT) pode ser utilizada para definir os riscos prioritários que devem ser abordados de forma participativa.

### Como realizar uma análise SWOT

Para realizar uma análise SWOT, os grupos devem começar por identificar os pontos fortes e fracos a nível interno. Estes podem dizer respeito às pessoas (fatores sociais, económicos e culturais), ao local (ambiente físico, serviços ecossistémicos) e aos sistemas (instituições, mecanismos, fatores políticos e de governação).

Devem estar relacionados com as pessoas que se organizaram para realizar o planeamento do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos e aquelas que participam ou estão representadas na análise SWOT.

Em seguida, os grupos devem indicar as ameaças e oportunidades externas. Estas devem estar relacionadas com o ambiente em geral ou as partes interessadas e os responsáveis que não estão diretamente envolvidos no processo emergente.

Podem ser utilizadas informações de outras fontes, tais como conhecimentos obtidos através de outras ferramentas utilizadas no processo do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.

As respostas podem ser apresentadas numa tabela grande (como aquela exibida na página seguinte) para que todas as pessoas as vejam.



## FERRAMENTA 7

Pontos fortes	Oportunidades
1.	1.
2.	2.
3.	3.
Pontos fracos	Ameaças
1.	1.
2.	2.
3.	3.

### Versão Word

Encontra-se disponível para transferência no sítio Web da GNDR uma versão editável em Word desta tabela e da seguinte.

→ **TRANSFERIR MODELO**

Para fazer uma análise mais aprofundada dos resultados e tomar decisões estratégicas sobre os riscos que devem ser objeto de ações prioritárias, pergunte-se o seguinte:

- Que estratégias irão utilizar os pontos fortes identificados para maximizar as oportunidades?
- Que estratégias irão utilizar os pontos fortes identificados para minimizar as ameaças?
- Que estratégias irão minimizar os pontos fracos, tirando partido das oportunidades?
- Que estratégias irão minimizar os pontos fracos e evitar as ameaças?

As respostas podem ser apresentadas numa tabela grande (como o exemplo na página seguinte) para que todas as pessoas as vejam.

As informações fornecidas podem ser consultadas à medida que o grupo avança para outras etapas do processo do desenvolvimento baseado no conhecimento dos riscos.



## FERRAMENTA 7

	Oportunidades relacionadas com as partes interessadas externas	Ameaças relacionadas com as partes interessadas externas
	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>3.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>3.</li> </ol>
<b>Pontos fortes relacionados com as partes interessadas internas</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>3.</li> </ol>	<b>Estratégias que irão utilizar os pontos fortes para maximizar as oportunidades</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>3.</li> </ol>	<b>Estratégias que irão utilizar os pontos fortes para minimizar as ameaças</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>3.</li> </ol>
<b>Pontos fracos relacionados com as partes interessadas internas</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>3.</li> </ol>	<b>Estratégias que minimizam os pontos fracos para aproveitar as oportunidades</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>3.</li> </ol>	<b>Estratégias que minimizam os pontos fracos e evitam as ameaças</b> <ol style="list-style-type: none"> <li>1.</li> <li>2.</li> <li>3.</li> </ol>





Global Network of  
Civil Society Organisations  
for Disaster Reduction

**Diakonie**   
**Katastrophenhilfe**



Guia de Desenvolvimento baseado no Conhecimento dos Riscos

Ano da primeira publicação: 2022

© Global Network of Civil Society Organisations for Disaster Reduction (GNDR)

Instituição de beneficência n.º 1141471

Sociedade limitada por garantia, registada em Inglaterra e no País de Gales sob o n.º 07374358

8 Waldegrave Road

Teddington

London

TW11 8HT

**gndr.org**

---